

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

THAINÁ STORALLI JORGE

**DA MEMÓRIA AOS DIREITOS HUMANOS:
experiências migrantes na Casa do Povo**

OURO PRETO

2026

THAINÁ STORALLI JORGE

**DA MEMÓRIA AOS DIREITOS HUMANOS:
experiências migrantes na Casa do Povo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Museologia, da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção d título de Bacharelado em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Arigoni Coelho

OURO PRETO

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

J82d Jorge, Thaina Storalli.
Da memória aos direitos humanos [manuscrito]: experiências
migrantes na casa do povo. / Thaina Storalli Jorge. - 2026.
83 f.

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Arigoni Coelho.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Museologia .

1. Museologia. 2. Sítios de Memória e Consciência (SMC). 3. Memória
coletiva. I. Coelho, Priscilla Arigoni. II. Universidade Federal de Ouro
Preto. III. Título.

CDU 069

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
COLEGIADO DO CURSO DE MUSEOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Thainá Storalli Jorge

DA MEMÓRIA AOS DIREITOS HUMANOS: experiências migrantes na Casa do Povo

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 06 de março de 2026

Membros da banca

[Doutora] - Priscilla Arigoni Coelho - Orientador(a) (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
[Doutor] - Felipe Eleutério Hoffman - (Universidade Federal de Minas Gerais)
[Doutora] - Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Doutor] - Gilson Antônio Nunes - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Priscilla Arigoni Coelho, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/06/2026



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Lima Gomes, COORDENADOR(A) DE CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**, em 05/10/2026, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1206432** e o código CRC **D3E52ED8**.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, sobretudo ao meu avô, que ao final deste meu percurso seguiu para uma jornada distante, fora do nosso alcance e compreensão, deixando em mim memórias profundas e vontades inesgotáveis para continuar, bem como a determinação e a coragem para concluir esse desafio. Essas qualidades foram ao longo do processo, ferramentas que mentalizei com muita intensidade para concluir essa jornada.

Contraditório ou não, sinto com muita verdade no meu coração, que esse momento não é uma conclusão, mas o início de uma jornada – repleta de certezas – que estou muito ansiosa por viver e conhecer. Cruzar com a Museologia significou, para mim, compreender e nomear diversos sentimentos que ao longo da vida, experimentei sem conseguir entender plenamente, inquietações que hoje sei reconhecer muito bem quais eram e o porquê. Além disso, o trabalho que aqui apresento significa muito de quem eu sou – escrevê-lo foi como olhar para um espelho e reconhecer múltiplos lugares, memórias e pertencas.

Agradeço à minha orientadora, que abriu diversas portas para que eu pudesse enxergar Ouro Preto sob novas perspectivas, tanto em suas aulas quanto na experiência da exposição curricular. Em um tempo difícil onde tivemos que habitar o lugar da perda e da elaboração, foi possível reconhecer, na experiência compartilhada, uma forma de cuidado, escuta e reconhecimento mútuo. Torço para que minha trajetória futura me permita alcançar as possibilidades que sempre sonhei dentro da sala de aula e que possamos nos reencontrar, no futuro, como pares nesse mesmo campo de reflexão.

No contexto mais tradicional de Ouro Preto, a vida republicana também fez parte da minha trajetória – e que bom que foi assim. Eu nada teria sido sem a força e a coragem das mulheres que tanto me incentivaram nessa caminhada, principalmente Larissa, que me despertou para caminhos que eu nem sabia que precisava trilhar. Além disso, foi nesse percurso, entre festas, ladeiras e a graduação, que encontrei o meu grande companheiro de vida, Pedro, cuja presença, mesmo atravessada pela distância, se fez presente no afeto, incentivo e cuidado. E por último, mas jamais em menor importância, aquela que me deu a vida, que fez tudo que estava ao seu alcance – e o que parecia não estar – para me criar e permitir que eu alcançasse este momento, mesmo diante das dificuldades, reconheço que este percurso também é resultado de sua história e de seus esforços.

Concluo aqui, apenas para não me esquecer que, por mais difícil que seja habitar o meu eu, às vezes, reconheço-me como um museu das coisas que já amei e ainda amo. Sei que tudo

aquilo que me atravessa deixa vestígios do que fui, mas também as possibilidades do que continuo a me tornar.

Obrigada a todas as pessoas que fizeram parte disso!

RESUMO

Esta pesquisa analisou a Casa do Povo, localizada no bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo, como um Sítio de Memória e Consciência. Destacando seu papel na preservação e construção da memória migrante, na defesa dos direitos humanos e na valorização cultural das comunidades que habitam o território. Ao acompanhar a evolução de sua trajetória, observou-se que a instituição, inicialmente voltada para cultura judaica em diáspora, transformou-se ao longo dos anos em um espaço que articula a memória, identidade e participação social. Por meio de suas atividades como encontro de corais, oficinas educativas e o jornal “Nossa Voz”, a Casa do Povo atua como mediador entre o passado e o presente, fortalecendo a identidade das comunidades migrantes e oferecendo um espaço vivo de reflexão, resistência e fortalecimento comunitário. Esse funcionamento evidencia que a instituição se tornou um instrumento efetivo de cidadania, diálogo intercultural e transformação social, mostrando que os direitos humanos estão presentes na prática institucional desde sua fundação e continuam a orientar sua atuação no século XXI.

Palavras-chaves: Casa do Povo; Sítio de Memória e Consciência; Memória migrante; Direitos Humanos; Museologia.

ABSTRACT

The research analyzed Casa do Povo, located in Bom Retiro neighborhood, in the city of São Paulo, as a Site of Memory and Conscience, highlighting its role in preserving and constructing migrant memory, defending human rights, and valuing the cultural heritage of the communities living in the territory. By examining its historical trajectory, it was observed that the institution, initially focused on preserving Jewish diaspora culture, gradually transformed into a space that connects memory, identity, and social participation. Through activities such as choral gatherings, educational workshops, and the newspaper *Nossa Voz*, Casa do Povo acts as a mediator between past and present, strengthening the identity of migrant communities and providing a living space for reflection, resistance, and community consolidation. This operation demonstrates that the institution has become an effective instrument for citizenship, intercultural dialogue, and social transformation, showing that human rights have guided its practice since its foundation and continue to inform its work in the twenty-first century.

Key-words: Casa do Povo; Sites of memory and conscience; Migrant memory; Human rights; Museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada ICIB na década de 1950	40
Figura 2 - A pedra fundamental.....	41
Figura 3 - Placa concedida a Casa do Povo pelo Programa Inventário da Memória Paulistana. 2026	45
Figura 4 - Convite para o Baile de Inauguração do Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo, realizado no dia 06 de setembro de 1953.	49
Figura 5 - Convite para o Grande Baile de Inauguração do Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo, realizado no dia 06 de setembro de 1953, com a Orquestra de Sylvio Mazzucca.	49
Figura 6 - Correspondência encaminhada pela diretoria do Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo, direcionada aos associados, solicitando o comparecimento na Reunião de Ativistas, a ser realizada no dia 18 de abril de 1956.	50
Figura 7 - Convite para o evento de inauguração da exposição de pinturas do artista israeli Samuel Zajdensztadt, realizado dia 6 de junho de 1958, no Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo.	51
Figura 8 - Programação do Mês de Abril de 1960 no Instituto Cultural Israelita Brasileiro ..	52
Figura 9 - Instituto Cultural Israelita Brasileiro convida para a inauguração do Teatro de Arte Israelita Brasileiro - TAIB. 1960.....	53
Figura 10 - Clipping do Jornal "Nossa Voz" produzido pelo Instituto Brasileiro Israelita. 1960.	55
Figura 11 - Instituto Cultural Israelita Brasileiro apresenta o concerto do seu Corô Scheiffer. 1965.	56
Figura 12 - Trabalho submetido ao edital Pontos de Memória do IBRAM em 2023.	57
Figura 13 - Trabalho submetido ao edital Pontos de Memória do IBRAM em 2023.	58
Figura 14 - Trabalho submetido ao edital Pontos de Memória do IBRAM em 2023.	59
Figura 16 - Trabalhos selecionados no edital "Qual sua ideia para melhorar o Bom Retiro?"	63
Figura 17 - Hugueta Sendacz em entrevista para o projeto História Oral.....	64
Figura 19 - Trabalhos selecionados no edital "Qual sua ideia para melhorar o Bom Retiro?"	65
Figura 20 - Trabalhos selecionados no edital "Qual sua ideia para melhorar o Bom Retiro?"	66
Figura 21 - Chamada para Bloco Klezmer e Carnaval Boliviano	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias analíticas das atividades certificadas pelo IBRAM 57

Tabela 2 - Distribuição das ações analisadas por categorias analítica 65

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Comparativo de ações por categoria analítica	66
---	----

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ICOM – International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICIB – Instituto Cultural Israelita Brasileiro

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

TAIB – Teatro de Arte Israelita Brasileiro

ICSC – International Coalition of Sites of Conscience

RESLAC – Rede de Sitios e Memoria Latinoamericanos y Caribeños

ICSC – International Coalition of Sites of Conscience

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MEMÓRIA, MIGRAÇÃO E SÍTIOS DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	17
2.1. Memórias e lugares de memória	17
2.2. Memória migrante e identidade dos grupos em novo território habitado	26
2.3. Sítios de memória e consciência	30
3. A CASA DO POVO: HISTÓRIA E CONTEXTO	36
4. ANÁLISE DOCUMENTAL: A CASA DO POVO EM REGISTROS	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
6. REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

Situado entre a construção da memória e a promoção dos direitos humanos, este trabalho toma como objeto de estudo as experiências migrantes na Casa do Povo, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Essa escolha justifica-se, pois, a memória tem ocupado um lugar de destaque nos debates das Ciências Sociais Aplicadas, sendo compreendida como ferramenta fundamental de construção social e espaço de disputas simbólicas. Ao jogar luz sobre as trajetórias de grupos migrantes, violências históricas e justiça social, o tema demonstra como o passado é mobilizado para fundamentar direitos humanos no presente. Nesse cenário, a Casa do Povo, assim como outros museus e centros culturais, são compreendidos não apenas como espaços de preservação de acervos, mas como território de produção de narrativas e práticas sociais, que constroem sentidos e interpretações. Assim, contribuindo como mediadores entre o passado e presente, ajudando na elaboração e reflexão de um pensamento crítico sobre acontecimentos históricos, políticos e identitários.

A Casa do Povo, possui um lugar de destaque como espaço emblemático nesse debate, pois sua história, atravessando os séculos XX e XXI está profundamente vinculada à comunidade judaica, carregando em seu cerne questões sobre dinâmicas de migração, práticas culturais e políticas de direitos humanos, sempre articulando ações educativas que a consolidou como um lugar de memória relevante para distintos grupos sociais. Assim, este trabalho propõe analisar a Casa do Povo a partir da perspectiva dos sítios de memória e consciência, discutindo seus potenciais enquanto espaço de reflexão sobre migração, memória e direitos humanos.

O interesse pela memória social, surgiu a partir da experiência vivida durante o estágio na Fundação Renova, no qual foi possível trabalhar com iniciativas de reconstrução e construção de memórias, especialmente por meio do acervo de obras de arte sacra atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão. O contato e a troca com a comunidade permitiram compreender na prática, que um acervo pode ultrapassar seu caráter representativo, assumindo significados na memória afetiva, simbólica e nos elementos identitários de um grupo. Além disso, essa vivência possibilitou perceber como uma comunidade, ao atravessar um evento traumático coletivo, busca na construção da memória e nos vínculos compartilhados a forças para seguir e se reconstruir.

Essa experiência contribuiu para o interesse em compreender como diferentes comunidades se desenvolvem, preservam e movimentam suas memórias em diversos contextos, principalmente aqueles marcados por transformações sociais, diversidade cultural, direitos humanos e fluxos migratórios. Assim, o território do Bom Retiro emerge como um espaço rico para observação dessas dinâmicas, ao contemplar diversas experiências migratórias, lutas pelos direitos humanos e camadas de memória coletiva.

Além disso, a escolha do bairro do Bom Retiro como recorte desta pesquisa justifica-se pelo caráter pessoal e pelo vínculo afetivo construído ao longo do tempo com o território. O contato constante com o bairro multicultural, tanto por nele residir atualmente quanto pelas memórias familiares – uma vez que meus pais e avós viveram no Bom Retiro durante grande parte da vida – contribuiu para a formação de um olhar atento as narrativas que atravessam esse espaço.

Muitas das histórias compartilhadas em minha família têm o bairro como cenário, evidenciando como um lugar de memória. Para além da dimensão afetiva, a vivência no Bom Retiro possibilitou perceber as múltiplas camadas deixadas pelos processos migratórios, que se revelam nos modos de vida, nas práticas culturais e nas transformações do bairro, levando a grandes reflexões sobre memória, pertencimento e identidade. Nesse contexto, em quase oito décadas de existência, a Casa do Povo destaca-se como uma presença constante ao longo das gerações no bairro, atravessando períodos de dificuldade e mudanças tanto internas quanto externas, resistindo e acolhendo em diferentes momentos, inicialmente a comunidade judaica e posteriormente outros grupos que passaram a compor o ciclo social do bairro¹.

As experiências expostas, embora situadas em contextos e regiões distintas, colocam em evidência a memória como um valor fundamental na construção de sentidos individuais e coletivos, especialmente por tratarem de cenários marcados por deslocamentos e transformações sociais. Diante disso, a memória deixa de ser compreendida apenas como uma lembrança do passado e passa a ser entendida como uma prática viva, trabalhada no presente para o fortalecimento de vínculos, para reafirmação do pertencimento e para elaboração de experiências coletivas. A partir dessa perspectiva, esta pesquisa se propõe a refletir sobre o bairro do Bom Retiro, tendo a Casa do Povo como objeto de análise, compreendida como um espaço de articulação entre memória, migração e resistência cultural.

¹ Essa análise é construída a partir da leitura de “Casa do Povo: modos de fazer” (Druwe; Seroussi, 2025, p. 5-10), articulada por levantamento bibliográfico no âmbito desta pesquisa.

O bairro do Bom Retiro localizado na cidade de São Paulo e fundado no século XIX, se constitui como um território historicamente marcado por diversas ondas migratórias. Nesse contexto, as trocas culturais entre os diferentes grupos que o habitaram – italianos, judeus, gregos, coreanos e bolivianos – deixaram marcas na vida cultural e social do bairro². A Casa do Povo, fundada pelos migrantes judeus em diáspora após a Segunda Guerra Mundial, surge como um lugar fundamental para a manutenção da cultura judaica e molda um espaço importante para história do bairro e da cidade³. Ao longo de quase oito décadas de funcionamento, passou por períodos de grandeza, mas também enfrentou muitos desafios, como a censura da ditadura militar e um período de abandono, até sua reativação e ocupação, que marcou um novo momento de ascensão na sua história (Seroussi, 2025, p. 6).

Um levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em 2025, a partir de palavras-chaves como “Instituto Cultural Israelita Brasileiro”, “Bom Retiro memória” e “Sítios de memória e consciência Casa do Povo”, evidenciou a escassez de pesquisas que articulem a Casa do Povo ao debate sobre memória, migração e direitos humanos. Embora tenham sido identificados 276 trabalhos associados ao termo “Casa do Povo”, apenas dois abordam especificamente a instituição e nenhum deles utiliza o conceito de sítios de memória e consciência como base teórica. Além disso, não foram encontrados trabalhos que relacionassem diretamente a Casa do Povo ou o bairro do Bom Retiro a essa categoria, sendo localizados apenas dois estudos sobre sítios de memória e consciência no contexto da cidade de São Paulo.

Esse cenário se aproxima do levantamento realizado por Ana Paula Brito e Letícia Julião (2023), que apontam que os sítios de memória e consciência constituem uma “categoria que possui uma discussão emergente, em torno da qual vêm se delineando debates teóricos articulados a outros conceitos relevantes para o campo museológico” (Brito; Julião, 2023, p. 11). Dessa forma, fica em evidência o potencial analítico do conceito e a necessidade de aprofundamento de pesquisas que trabalhem com memória, migração e direitos humanos, como propõe este trabalho.

Logo, a escolha de análise da Casa do Povo reside em sua particularidade conceitual. A instituição transcende os limites de centros culturais tradicionais, apresentando características marcantes e ações concretas de caráter social, que servem de exemplo para o campo da

² Prefeitura de São Paulo. Bom Retiro chega aos 130 anos e mantém a tradição. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://prefeitura.sp.gov.br/web/se/w/noticias/42575>>. Acesso em: 18 dez. 2025.

³ Casa do Povo. **Sobre a Casa do Povo**. São Paulo: Casa do Povo, s.d. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/sobre/>>. Acesso em: 18 fev. 2026.

Museologia. Embora o recorte deste trabalho se concentre na memória migrante, a Casa do Povo estende sua atuação a uma variedade de grupos sociais invisibilizados que precisam de apoio no bairro ou nas regiões que o cercam. Essa questão, reflete na oferta de programas de apoio como a “Clínica Aberta de Psicanálise”, o “Boxe Autônomo” e outros muitos projetos de assistência que são apresentados no livro “Casa do Povo: modos de fazer”, publicado em 2025. Sua arquitetura também carrega particularidades, o espaço foi pensado para ser habitado de diferentes formas, possui três andares com pavilhões abertos sem delimitações concretas, permitindo um uso flexível do espaço⁴.

No âmbito da memória migrante, a Casa do Povo posiciona-se como um ponto de memória ativa, com articulações que se demonstram cada vez mais solidas, sendo um terreno fértil para identidade e suas possibilidades germinarem. Seu trabalho não se limita a curadoria e financiamentos de projetos, se desdobra integralmente em seu espaço físico, em uma comunicação aberta e efetiva das comunidades migrantes, sempre destacando a autonomia dos grupos. Ao viabilizar projetos propostos pela comunidade, a instituição rompe com o caráter tradicional e hierárquico, reforçando mais uma vez a autonomia dessas pessoas. (Druwe; Seroussi, 2025, p. 8)

Além disso, a instituição funciona para a comunidade migrante como um ponto de encontro e ressignificações dentro do território, onde as memórias são construídas e estão em constante possibilidade de transformação. Dentro da Casa do Povo, a culinária, as músicas e os rituais, simbolismos esses que categorizam um patrimônio imaterial, são usadas como ferramentas ativas na manutenção de uma coesão social e uma identidade cultural. Fazendo com que o espaço seja usado para fortalecimento de suas culturas, o ambiente comporta particularidades de cada grupo e celebra as diferenças, criando assim uma narrativa coletiva de experiências transmigratórias sobre ser migrante no território do Bom Retiro.

Enfim, diante das reflexões acerca da memória social e migrante e de sua relação com o território, este trabalho tem como objetivo geral compreender de que modo a Casa do Povo se configura como um espaço de ativação da memória migrante no bairro do Bom Retiro, a partir de práticas alinhadas aos princípios sítios de memória e consciência e os direitos humanos.

A pesquisa analisa como a instituição, ao desenvolver práticas culturais, educativas e sociais, contribui para a valorização de narrativas não hegemônicas e para a construção de um

⁴ A reportagem “Casa do Povo: um lugar onde lembrar é agir”, publicada na revista ARTE!Brasileiros, traz falas de Benjamin Seroussi, então diretor artístico da instituição, nas quais discute o papel da arquitetura da Casa do Povo na articulação entre memória, cultura e ação política (FERRAZ, 2019).

espaço de diálogo entre diferentes grupos sociais. Ao focar na ativação da memória, no diálogo intercultural e na valorização do patrimônio imaterial das comunidades migrantes, a Casa do Povo afirma-se não apenas como um arquivo ou acervo, mas como um lugar de memória viva⁵, que atua como agente ativo no fortalecimento de vínculos e laços comunitários no território.

A partir dessa questão central, o trabalho tem como objetivos específicos: refletir sobre como a memória migrante é construída, preservada e ativada no contexto da Casa do Povo, bem como sobre o papel desempenhado por seu acervo nesse processo; e interrogar de que maneira as práticas culturais, educativas e sociais desenvolvidas pela instituição dialogam com os princípios dos sítios de memória e consciência, especialmente no que se refere à participação ativa das comunidades migrantes, à valorização de narrativas não hegemônicas e à ruptura com modelos institucionais tradicionais e hierárquicos.

Considerando o bairro do Bom Retiro como um território marcado por sucessivas ondas migratórias, a pesquisa busca compreender em que medida a Casa do Povo contribui para a construção de vínculos comunitários e para a produção de memórias coletivas no contexto urbano. Nesse sentido, as questões que orientam este estudo são: Como a Casa do Povo constrói memórias das experiências migrantes? Quais transformações ocorreram em seu papel institucional desde sua fundação, vinculada principalmente à comunidade judaica, até sua atuação contemporânea junto a diferentes grupos sociais e culturais? E em que medida a Casa do Povo pode ser compreendida como um sítio de memória e consciência vinculado à promoção dos direitos humanos?

A problemática central desta pesquisa consiste em compreender como a Casa do Povo pode ser interpretada a partir da categoria de sítio de memória e consciência e como essa instituição articula suas práticas com a promoção dos direitos humanos. Criada inicialmente como um espaço voltado à preservação da memória da imigração judaica e das vítimas do Holocausto, a Casa do Povo passou por transformações ao longo de sua trajetória, ampliando suas narrativas, públicos e formas de atuação cultural, educativa e social.

Nesse cenário, este estudo questiona de que maneira a instituição mobiliza a memória migrante no presente, valoriza narrativas não hegemônicas e promove o diálogo intercultural, aproximando-se dos princípios dos sítios de memória e consciência, que compreendem a memória como instrumento de reflexão crítica, justiça social e não repetição de violências históricas. Assim, a pesquisa problematiza o papel da Casa do Povo como espaço de produção

⁵ Esse termo é utilizado na missão institucional da Casa do Povo, sendo adotado neste trabalho para reforçar essa perspectiva, ainda que não haja vinculação direta estabelecida pela instituição com os conceitos teóricos aqui mobilizados.

de memória, ação cultural e atuação social no território do Bom Retiro, interrogando seus limites e potencialidades no campo dos direitos humanos.

Este trabalho se configura como um estudo de caso de natureza qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e análise de documentação primária, com base no acervo institucional e demais materiais, como:

1. Documentos institucionais da Casa do Povo: atas da associação, relatórios, documento de inauguração e registros de programação cultural, que permitem compreender a trajetória histórica, os objetivos e as práticas desenvolvidas pela instituição;
2. Trabalho submetido ao programa Ponto de Memória do IBRAM: documentação apresentada pela Casa do Povo no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, utilizada para analisar o reconhecimento institucional da Casa do Povo no campo da memória social e suas estratégias de atuação junto ao território e às comunidades.
3. Livro “Casa do Povo: modos de fazer” (Druwe; Seroussi, 2025): publicação organizada por Ana Druwe e Benjamin Seroussi, que reúne reflexões, relatos e análises sobre a atuação da instituição, constituindo uma fonte central para a compreensão de suas práticas, concepções curatoriais e formas de organização;

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a discussão dos referenciais teóricos que embasam o estudo, abordando os conceitos de memória coletiva, memória social e lugares de memória. Em seguida, discute-se a noção de memória migrante enquanto fenômeno histórico, social e cultural, que possibilita novos olhares sobre pertencimento e deslocamento. Ainda nesse capítulo, analisamos os debates em torno dos sítios de memória e consciência, destacando sua relação com a promoção dos direitos humanos, a participação comunitária e a construção de narrativas críticas sobre o passado, articulando memória, justiça social e ação cidadã.

O segundo capítulo apresenta o bairro do Bom Retiro e a trajetória histórica da Casa do Povo, contextualizando sua criação, suas transformações ao longo do tempo e sua inserção em um território marcado por sucessivas ondas migratórias.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à análise das práticas culturais, educativas e sociais desenvolvidas pela Casa do Povo, considerando seu acervo e suas ações como dispositivos de

ativação da memória migrante, em diálogo com os princípios dos sítios de memória e consciência e com as experiências das comunidades envolvidas.

2. MEMÓRIA, MIGRAÇÃO E SÍTIOS DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os fundamentos teóricos que sustentam esta pesquisa. Inicialmente abordamos as noções de memória coletiva e memória social, destacando seus processos de construção, transmissão e institucionalização. A partir dessas reflexões, são discutidos os lugares de memória como espaços materiais e simbólicos que emergem da intenção consciente de preservar experiências, histórias e identidades coletivas, especialmente em contextos marcados por rupturas, traumas e deslocamentos. Nesse sentido, a memória deixa de ser compreendida apenas como lembrança do passado e passa a ser entendida como uma prática ativa no presente, capaz de fortalecer vínculos, produzir pertencimento e disputar narrativas frente às versões hegemônicas da história.

Em seguida, o capítulo se dedica à discussão da memória migrante, entendida como um campo marcado pela experiência do deslocamento e pela necessidade de reconstrução de identidades em novos territórios. A migração é analisada não apenas como um movimento físico, mas como um processo cultural, social e simbólico que mobiliza práticas de resistência, transmissão de saberes e criação de redes comunitárias. Por fim, os sítios de memória e consciência como um referencial teórico e prático fundamental para esta pesquisa, destacando seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, articulação das memórias e a construção de narrativas críticas sobre o passado. Esses referenciais oferecem as bases conceituais para compreender a Casa do Povo como um espaço de ativação da memória migrante e de construção de memórias coletivas no território do Bom Retiro.

2.1. Memórias coletiva, social e lugares de memória

A compreensão das relações entre memória, sociedade e seus suportes materiais e imateriais demandam inicialmente, a definição dos espaços institucionais responsáveis por sua preservação, mediação e comunicação. Nesse sentido, destaca-se o museu enquanto uma das principais instituições voltadas à salvaguarda e interpretação de patrimônios culturais.

De acordo com a definição mais recente do Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums – ICOM*):

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (ICOM, p.2, 2022)

A formulação dessa definição, no entanto, não se deu de maneira neutra ou consensual. Conforme apontado por Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2025) na publicação do ICOM Brasil intitulada *Um caminho para múltiplos olhares: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu*⁶, os debates que a atravessam evidenciam o museu como um campo de tensões, mais próximo de uma “arena” de confronto e negociação de sentidos do que de um espaço de consensos.

Nesse contexto, a construção da definição revela disputas em torno não apenas das funções institucionais, mas sobretudo, dos efeitos que se espera que o museu produza na vida social, tornando nítida questões relativas à inclusão e exclusão de narrativas, à representatividade de diferentes grupos e às formas de legitimação do patrimônio. Trata-se de um processo que evidencia o museu como agente ativo na produção de visões de mundo, mais voltado a problematização e a experiência do que de definições únicas e normativas.

Nessa mesma perspectiva, é possível estender essa reflexão para além dos museus, considerando também outros espaços culturais, como centros culturais, memoriais e iniciativas comunitárias, que igualmente participam da produção e mediação de memórias. Esses espaços, não podem apenas ser compreendidos como locais de preservação ou difusão cultural, mas como instituições implicadas em relações de poder, nas quais se definem quais memórias serão destacadas, quais serão silenciadas e quais sujeitos terão suas experiências reconhecidas. Tal compreensão desloca a ideia de museu como um espaço neutro, evidenciando seu papel ativo na construção de sentidos sobre o passado e o presente, bem como sua inserção em disputas sociais mais amplas.

Nesse contexto, a análise dos museus enquanto espaços de construção de sentidos sobre o passado conduz à necessidade de compreender a memória em suas múltiplas dimensões, especialmente no que se refere à sua formação no âmbito individual e coletivo.

⁶ MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Um lugar de vivências necessárias. In: ICOM Brasil. **Um caminho para múltiplos olhares: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu**. Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf>. Acesso em março de 2026.

Desta forma, um dos enfoques possíveis para o estudo da memória é aquele que objetiva entender a importância da preservação de culturas e tradições. O seu estudo se ramifica tanto na construção da memória no nível individual, entendendo que a memória se constitui da relação entre a identidade e as experiências vividas, quanto na construção coletiva, se expressando na identidade de um povo e se desdobrando na sua trajetória histórica. Nesse contexto, as estruturas se materializam em registros, que podemos reconstruir, revisitar, compreender, estudar e relembrar o passado.

A memória coletiva, tem como o fundador Maurice Halbwachs⁷ (1990) um sociólogo francês, ele defende em seu trabalho que a memória não existe de forma isolada e individual, ela necessita do coletivo para se desdobrar e acontecer, pois o indivíduo não consegue se desligar do seu meio.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (Halbwachs, 1990, p. 41).

Halbwachs (1990) não reduz o homem ao seu meio social e coletivo inserido, ao contrário disso ele apresenta como a memória individual existente está completamente ligada aos acontecimentos coletivos, ou seja, que as memórias que carregamos estão intrinsecamente inseridas nos acontecimentos sociais.

Importante destacar que o autor (Halbwachs, 1990) ainda diferencia a recordação de um acontecimento de forma individual e em grupo. No processo individual, ela acontece baseado em palavras, imagens e contextos vividos em sociedade. Em grupo, a memória se dá pela complementação de lembranças, informações e questionamentos. No processo coletivo fica evidente uma prática mais explícita, onde as memórias podem ser reinterpretadas e reorganizadas, mostrando que independente do seu contexto a memória necessita de uma estrutura coletiva:

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. (Halbwachs, 1990, p. 68).

⁷ Maurice Halbwachs (1877–1945) foi um sociólogo francês da tradição durkheimiana, responsável pelo conceito de memória coletiva, que entende a memória como socialmente construída. Faleceu em um campo de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

No seu livro “A Memória Coletiva” Halbwachs (1990) apresenta diversas situações em que sua tese se sustenta, entre elas, as memórias relacionadas à família, escola e religião. Ele destaca que os acontecimentos discorrem através dos desdobramentos culturais e são carregados de significados sociais. Por exemplo, ao lembrarmos da infância, não estamos relembando apenas de experiências individuais, mas dos contextos culturais e sociais que se está inserido – como valores familiares, tradições, religião, entre outros elementos que são intrínsecos a uma cultura.

Se aprofundando em sua tese, o sociólogo apresenta e discute o conceito de memória autobiográfica – interna, afetiva e subjetiva – e o conceito de memória histórica – externa, coletiva, objetiva e evidenciada em registros/relatos legitimados. Os termos são lidos como antônimos e a sociedade possui uma facilidade em separar esses relatos, mas como evidenciado pelo autor, mesmo com uma divisão subjetiva, as narrativas não são tão distintas e nem possuem uma linha tão clara de começo e fim. O que o indivíduo viveu internamente em um acontecimento, não se encontra isolado no tempo, “se a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas ou listas de fatos históricos, ela não desempenharia senão um papel bem secundário na fixação de nossas lembranças” (Halbwachs, 1990, p. 68.) Na realidade as memórias autobiográficas estão em constante influência e interação com a memória histórica, ambas as narrativas se alimentam mutuamente.

Mas há uma problemática quando o autor traz questões que aprofundam a memória em culturas com tensões políticas, conflitos e traumas, ele destaca que nesses momentos a memória social se tornam ainda mais evidente, porém não se aprofunda o suficiente em debater a complexidade de compreensão sobre uma memória que não é homogênea em um grupo, seu discurso não analisa os apagamentos de uma história.

A psicanalista Jô Gondar⁸ (2016), amplia a discussão trazendo que “recordar, nesse caso, não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro” (Gondar, 2016, p. 24), ou seja, que a memória social é um campo com escolha da narrativa, não é apenas passivo de um amplo registro do passado, ela se canoniza em um processo seletivo onde diferentes grupos podem ser inferiorizados e apagados na escolha de uma história legitimada.

⁸ Jô Gondar (Josaida de Oliveira Gondar) é psicóloga e psicanalista brasileira, professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Desenvolve pesquisas nas áreas de psicanálise e memória, com ênfase em trauma, cultura e sofrimentos contemporâneos.

A memória social, é um desdobramento da memória coletiva, se diferenciam em um ponto conceitual mais político e plural, Jô Gondar (2016) apresenta uma visão mais contemporânea para a memória social:

Se nos limitamos a afirmar a memória como algo polissêmico, corremos o risco de tornar equivalentes suas múltiplas significações, aplainando suas diferenças e as consequências teóricas e práticas de cada uma delas. Ao buscar maior rigor conceitual, nós propomos o acréscimo de um complicador para essa ideia: diremos, então, que o conceito de memória social é, além de polissêmico, transversal ou transdisciplinar. (Gondar, 2016, p. 20)

A autora amplia o termo para uma compreensão mais epistêmica, apresentando que a memória social é ativa nos saberes e discursos como um “conceito em movimento”, ou seja, pode se cruzar constantemente com outras disciplinas, pois não pertencem a uma ordem específica, a memória está em constante conflito com tudo que existe ou virá existir, carrega subjetividades e particularidades (Gondar, 2016, p. 22).

Apesar de Halbwachs (1990) sistematizar a ideia da memória coletiva a partir dos vínculos familiares, escolares e religiosos, essa abordagem não discute pautas éticas e políticas, que Jô Gondar (2016) apresenta como intrínsecas as narrativas. A autora (2016) destaca as consequências na vida de um indivíduo ou coletivo, quando implicadas na seleção de uma visão da história, “em um campo múltiplo e móvel como o da memória social, toda perspectiva envolve a escolha de um passado e a aposta em um futuro. Cabe-nos responder por essa escolha e pelas consequências que ela implica” (Gondar, 2016, p.25). Sua tese se fundamenta na prática do poder de escolha, por exemplo, o ato de documentar e preservar uma história seja em arquivos, bibliotecas ou museus, implica necessariamente em uma decisão. Então, toda escolha sobre o que lembrar ou preservar, é também uma escolha sobre o que esquecer ou silenciar. Por isso, é fundamental reconhecer quem faz essas escolhas e com que intenção.

Esse pensamento está muito alinhado com a pesquisa de Jacques Le Goff⁹ (1990), o historiador evidencia a disputa pela narrativa na memória coletiva:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1990, p. 426)

⁹ Jacques Le Goff (1924–2014) foi um historiador francês especializado na Idade Média, reconhecido por renovar a forma de estudar esse período ao valorizar temas como cultura, imaginário, cotidiano e mentalidades, questionando a ideia de “Idade das Trevas”.

Destacamos que o autor cita uma orientação da narrativa e ela está sempre em disputa, já que uma história não é única, não possui apenas um lado, ou seja, está sempre envolvida com mais de um grupo social, que realiza a interpretação pelo próprio ponto de vista, influenciada por sua cultura e ideais/valores. Compreende-se que independente de seu destaque na memória coletiva, o grupo social tem poder de escolher: o melhor para destacar da sua história, o que não é relevante ou que deseja deixar de lado (Goff, 1990).

Todo esse movimento de silenciamento apontado por Le Goff (1990), constantemente contribui como ferramenta de apagamento dos grupos que não tiveram sua história contada, pois a memória que se destaca não foi escolhida de forma neutra, em sua grande maioria ela está carregada por relações de poder. Ocupar um lugar de destaque em uma narrativa é sobre disputar espaço, reconhecimento, justiça, voz e pertencimento. Quando falamos de Direitos Humanos, essa disputa se torna ainda mais urgente. O direito a memória é o direito a própria identidade, ignorar ou silenciar a trajetória de certos grupos não é um esquecimento acidental, mas uma forma de violência que apaga pessoas, lutas e conquistas. Para se falar em direito, precisa-se romper com a ideia de uma história única e abrir caminho para que as memórias marginalizadas também ocupem o centro do debate. Assim, reconhecer o passado de quem foi silenciado é o primeiro passo para garantir que essas mesmas pessoas tenham seus direitos respeitados no presente.

O historiador abarca uma questão muito importante, nuances onde é possível entender a possibilidade dos meios de se preservar o passado. São entendidos como espaços físicos, por exemplo, museus e prédios históricos, citando a capacidade de preservar história e a identidade de um povo. Ações de ritos simbólicas e práticas, “a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável” (Le Goff, 1990, p. 431), se concretizam pela repetição do coletivo, geralmente carregada de laços afetivos das tradições de uma cultura, como prática de festas e cerimônias religiosas ou simbólicas com uso de imagem.

Jan Assmann¹⁰ (2008) neste ponto, tem uma discussão parecida com Goff (1990), mas discorre de forma mais ampliada e sistematizada. Assmann¹¹ (2008), foi professor e o principal pensador do conceito de “memória cultural”, seu texto não possui publicação no Brasil, iremos

¹⁰ Jan Assmann (1938–2024) foi um egiptólogo e teórico cultural alemão, conhecido por desenvolver o conceito de memória cultural, destacando o papel dos sistemas simbólicos, das práticas sociais e das instituições na construção e transmissão da memória.

¹¹ ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. Revista História Oral, v. 19, n. 1, p. 115- 127 2016.

usar partes que foram traduzidas por Méri Frotscher (2008) em sua pesquisa. A discussão do autor (Assmann, 2008 *apud* Frotsche, 2008, p.115), carrega diversas referências importantes do campo da memória, mas seus estudos se desdobraram principalmente sobre Halbwachs (1990) e Aby Warburg (1986).

Assmann (2008) nos apresenta a memória como formador de consciência pessoal e coletiva. Ele discorre três conceitos de memória, dividindo-as em três subgrupos: tempo, identidade e memória. O primeiro, é a memória individual – considerada a única forma de se pensar a memória até o início do século XX, se trata das lembranças individuais. A memória comunicativa – representa as lembranças que acontecem principalmente nas comunicações e interações sociais, baseado e referenciado em Halbwachs (1990). E para finalizar a memória cultural – sustentado pelos simbolismos, nessa classificação compreende-se que elementos externos são possíveis de evocar a memória (Assmann, 2008, p.115).

O autor compartilha que sua teoria se inicia no pensamento de ampliar e não substituir o conceito de “memória coletiva” de Halbwachs (1990) como podemos observar: “Preservamos a distinção de Halbwachs, dividindo esse conceito de memória coletiva em “memória comunicativa” e “memória cultural”, mas insistimos em incluir a esfera cultural, que ele excluiu, no estudo da memória” (Assmann, 2008, p.118).

A memória cultural, que o autor nos apresenta é carregada de simbolismos importantes para se pensar a memória coletiva. Assmann (2008) analisa museus, arquivos, centros culturais, objetos e paisagens como veículos passíveis de institucionalização e preservação, da história e memória, tal como sua perpetuação. Nessa configuração é possível se pensar em dois níveis de memória: a funcional, aquela que usamos para construir nossa identidade hoje e a de depósito, o arquivo que preserva o que não estamos usando, mas que pode ser reativado. Nesse caso a memória tem um alcance geracional muito maior, intrínseca a história cultural e muitas vezes caracterizador de formação da identidade. (Assmann, 2008)

Já a memória comunicativa, ocorre no dia a dia e se debruça na oralidade e nos laços afetivos, de forma resumida nas interações sociais (Assmann, 2008). Como ela ocorre nessa troca, seu marco temporal é muito limitado, o autor aponta o alcance máximo de três gerações ou 80 anos. Diferente da memória cultural, não possui necessidade de um intermediador como instituições ou objetos carregados de simbolismos.

No entanto, para além dos espaços estruturais legitimadores que Jan Assmann apresenta em memória cultural, o sociólogo Michael Pollak¹² (1989) aponta as disputas simbólicas e problemáticas, onde algumas narrativas são silenciadas.

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (Pollak, 1989, p. 4)

O autor (Pollak, 1989) apresenta uma análise da memória coletiva mais construtiva, que não é parada ou imutável, ela é um processo de construção social, e essa construção geralmente é mantida por pessoas que têm interesse em fazer com que certas ideias permaneçam fortes e não sejam questionadas. Nessa perspectiva, a história oral – método de registro das memórias individuais e coletivas que geralmente permanecem invisíveis nas fontes escritas oficiais, dando luz a narrativas alternativas e marginalizadas – ganha força. Segundo Pollak (1989 p. 4) “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional”.

A ideia de memória oficial em contrapartida da memória subterrânea se torna uma boa análise para compreender como os grupos sociais lidam com o passado. A memória oficial em sua grande maioria é a história que tem poder dominante, o que é imposto a sociedade, a narrativa que aprendemos na escola, nos livros didáticos, que possuem monumentos, feriados e diversos tipos de homenagens, essa narrativa silencia os grupos marginalizados e apagam a narrativa daqueles que “perderam”. A memória nacional, que é um tipo de memória oficial, justifica o presente no passado, consolidando o poder daquele que a legitimou (Pollak, 1989).

Enquanto, as memórias subterrâneas são as vivências e lembranças do grupo que foi deixado de lado e silenciado pela narrativa oficial, eles representam a minoria, os grupos ditos como dominados, podem ser povos originários, comunidade periféricas, negros, imigrantes, entre muitos outros. A narrativa subterrânea não é contada, muito menos estudada ela muitas vezes acontece na oralidade, conversas em família e em tradições, como rituais. Ela tende a sobreviver no silêncio, ocasionado uma lembrança muitas vezes conflitante, por exemplo,

¹² Michael Pollak (1948–1992) foi um sociólogo austríaco radicado na França, conhecido por seus estudos sobre memória, identidade social e experiências traumáticas, com destaque para pesquisas sobre mulheres sobreviventes de campos de concentração. Esteve no Brasil entre outubro e dezembro de 1987 como professor visitante do CPDOC e do PPGAS do Museu Nacional.

enquanto a história oficial celebra uma conquista, a narrativa subterrânea relembra um conflito sangrento (Pollak, 1989).

A partir dos estudos de Pollak (1989), é possível compreender que a tensão entre as narrativas históricas, surge da disputa de diferentes narrativas para que as suas visões do passado e da história sejam contadas, ouvidas e legitimadas,

Pierre Nora¹³ (1993) aprofunda o pensamento sobre a história e a memória “longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra” (Nora, 1993, p. 9). Para o autor, a memória está “sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (Nora, 1993, p. 9), sendo dinâmica, afetiva e enraizada nas experiências de um coletivo. Enquanto a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, p. 9) guiada por uma postura mais crítica e na intenção de elaborar uma visão mais ampla.

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória. Uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória. (Nora, 1993, p. 9)

Para o autor, a história tem o poder de enfraquecer a memória. Enquanto a mesma, costuma guardar as experiências e os sentimentos de um grupo, a história analisa e critica o passado, geralmente se desligando e resumindo o que realmente foi vivido. Nesse cenário os simbolismos como tradições, objetos e rituais se esvaziam de sentido e perdem sua função de lembrança referencial. Se a sociedade vivesse integralmente da história, teríamos registros e legitimações, mas perderíamos a ligação emocional e coletiva que a memória nos fornece. Compreende-se então que a história segue a organização e explicação, enquanto a memória carrega viva as experiências de um grupo (Nora, 1993).

Nesse contexto Pollak (1989) se aproxima da discussão de Nora (1993), ao abordar como grupos marginalizados preservam suas lembranças e experiências, que com frequência

¹³ Pierre Nora (1931–2025) foi um historiador francês, referência nos estudos sobre memória, conhecido pelo conceito de “lugares de memória”, que analisa como as sociedades constroem e preservam suas memórias por meio de símbolos, espaços e práticas.

são silenciadas pela narrativa dominante. Enquanto a memória oficial é legitimada pela história, as memórias subterrâneas resistem muitas vezes através da oralidade e dos simbolismos.

Pierre Nora (1993) ainda apresenta um conceito muito importante dentro da memória que são os lugares de memória, que nasce de uma intenção consciente de preservar determinados elementos culturais, históricos e simbólicos de grupos sociais. Neste sentido, o autor afirma:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (Nora, 1993, p. 13)

O autor busca conceituar o termo “lugares de memória” ao percebe que a memória viva – manifestada em rituais, tradições e vivências coletivas – vem perdendo sua espontaneidade de prática e celebração. Ao qualificá-los como “restos”, Nora (1993) se refere ao fato de que estes lugares de memória somente existem porque a sociedade deixou de manter suas celebrações e tradições de forma natural. Esses lugares podem ser, por exemplo, museus, centros culturais, arquivos, festas ou cemitérios, pois constituem uma categoria de pertencimento. Além disso, podem ser criados intencionalmente para a preservação e a manutenção de experiências da memória coletiva de um grupo.

Nora (1993, p. 13) apresenta uma sociedade que tende à hegemonia cultural, apagando diferenças e tradições. Nesse contexto, os lugares de memória surgem como espaços de resistência, valorizando as particularidades, criando vínculos afetivos e preservando o coletivo. Carregados de nostalgia, esses ambientes nos transportam para uma lembrança de uma época que a memória era viva e mais contemplada no cotidiano.

Como apresentado por Pierre Nora (1993), a história organiza o passado, enquanto a memória preserva viva a experiência e os sentimentos de um grupo. Sem a memória, simbolismos e tradições perdem sua função de referência coletiva. Isso ocasiona um desequilíbrio entre o sujeito e a memória, descrita pelo autor como “a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história” (Nora, 1993, p.9). A história oficial pode complementar ou modificar as lembranças de um grupo, fazendo com que a memória individual deixe de ser única, e passe a representar e pertencer a história de um grupo maior, levando o indivíduo a um lugar de não pertencimento.

A função dos lugares de memória traz um paradoxo, “se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória” (NORA, 1993, p. 13). Caso nossa memória fosse ativada cotidianamente, não haveria necessidade desses espaços e símbolos. Entende-se que esses lugares de memória existem, pois só a memória isolada não é suficiente para manter viva uma história ao longo do tempo. É a combinação da memória individual ou coletiva, com a intervenção da história, através de registros, objetos, monumentos e rituais, que captam esses suportes e transformam em referências da cultura e identidade. Desse ponto de encontro entre o passado e o presente que nascem os lugares de memória, pensados para preservação, organização e transmissão das lembranças.

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. Se o princípio dessa prioridade fosse abandonado, rapidamente derivar-se-ia de uma definição estreita, a mais rica em potencialidades, para uma definição possível, mais maleável, susceptível de admitir na categoria todo objeto digno de uma lembrança. [...] Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história. (Nora, 1993, p. 22)

Todo lugar de memória nasce, pois existe a intenção e a vontade de memória, eles não surgem de um simples desejo ou acontecimento, mas de uma vontade consciente de preservação de um bem cultural e histórico. Essa perspectiva se aproxima dos estudos de Le Goff (1990) quando compreendemos que a memória é fruto de uma construção intencional, orientada e seletiva, mesmo quando nosso olhar se volta para grupos migrantes. Nesse caso existe uma potencialização, já que para preservar e recriar referências culturais no novo território, significa um esforço ativo de escolhas sobre o que manter, adaptar ou deixar de lado, transformando os objetos, práticas e narrativas em lugares de memória que ajudam na manutenção de identidade e vínculos.

Para além disso, Nora (1993, p. 25) observa que “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos”. Ou seja, nem todo evento histórico se torna um lugar de memória, geralmente esse “título” fica ligado a acontecimentos que adquirem um significado especial ou que vierem a se tornar símbolos marcante na história de uma memória coletiva.

Os lugares de memória, sejam eles públicos ou privados, são essencialmente carregados de significados, comemorações e ajudam a sistematizar a organização de uma rede de memória coletiva. Nora (1993, p. 27) aponta “o interesse desse esboço de tipologia não está nem em seu rigor nem em sua exaustão. Nem mesmo em sua riqueza evocadora. Mas no fato que ela seja possível”, isso mostra que a tipologia desses lugares não precisa ser perfeita ou completa com

ricos detalhes, mas sim trabalhar o fato de que é possível a organização desses lugares de forma sistemática. Entende-se então que eles são constituídos para oferecer os fundamentos básicos das práticas de preservação e transmissão de saberes, especialmente em contextos de deslocamento e migração.

Podemos concluir que os lugares de memória funcionam como agentes ativos na conexão da memória e comunidade, preservando não só os registros do passado, mas ajudando na manutenção cultural de grupos sociais no presente. Assim, a Casa do Povo cristaliza essa teoria em ação. Mais do que uma Centro Cultural, ela se coloca como um ambiente que busca o acolhimento, não se resumindo a guardar objetos ou um memorial tradicional, ela trabalha como catalizador para identidades plurais, um agente na ajuda da transmissão geracional de saberes e um ponto de resistência contra apagamentos históricos, especialmente para comunidades marcadas por trajetórias de deslocamento e que buscam um lugar de pertencimento. Ao transformar o registro do passado em uma prática viva e pulsante, a Casa do Povo deixa de ser um monumento estático para se tornar um espaço fundamental na manutenção dos laços sociais no presente.

A seguir, iremos aprofundar o recorte da memória especificadamente nas experiências de deslocamento, entendendo como essa dinâmica ocorre. Investigaremos como a memória trabalha com a adaptação ou reconstrução das identidades nesses sujeitos, compreendendo como ao habitarem um novo território utilizam desses espaços para manter sua cultura viva, garantindo o direito de pertencer.

2.2. Memória migrante e identidade dos grupos em novo território habitado

O sujeito migrante é por definição aquele que ou o que migra¹⁴. A Organização das Nações Unidas Brasil (ONU), em sua página oficial apresenta a falta de precisão ao falar do termo pois existem múltiplas formas e classificações possíveis para o entendimento do termo¹⁵. No presente trabalho iremos contemplar o termo usado pelas organizações intergovernamentais como a ONU e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), que entende o migrante como “qualquer pessoa que tenha deixado sua casa de forma voluntária ou involuntária, independente do status jurídico, duração da estadia ou causa do deslocamento, a

¹⁴ O dicionário Oxford define migrante como “que ou o que migra”.

¹⁵ Organização das Nações Unidas. Quando usar o termo migrante, refugiado ou pessoa deslocada? Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/167538-quando-usar-o-termo-migrante-refugiado-ou-pessoa-deslocada>.

fim de melhorar as suas condições materiais, sociais, possibilidades e as das suas famílias” (Organização das Nações Unidas, 2022).

Neste trabalho, optamos pelo uso do termo migrante por carregar uma compreensão como categoria de maior abrangência e funcionalidade, capaz de contemplar múltiplos grupos culturais, sociais e territoriais, sem restringir as diferenças entre migrações nacionais ou internacionais. Essa escolha conceitual acontece, pois, é possível abarcar diversas experiências de deslocamento, reconhecendo e entendendo as posições simbólicas, sociais, culturais, identitárias e jurídicas que o sujeito migrante carrega e que ultrapassa fronteiras geográficas. Assim, o termo é usado como um conceito também analítico, buscando evidenciar as dinâmicas de memória, pertencimento e os múltiplos processos associados ao deslocamento

Quando analisamos a memória de grupos que atravessam fronteiras tanto geográficas quanto culturais, por diversos motivos, podemos perceber a potencialização das dinâmicas de construção, transmissão e ressignificação das memórias, assim como os processos para compreender identidade e pertencimento. A migração, portanto, não é só um processo de deslocamento físico, mas carrega consigo uma bagagem cultural, tradições, narrativas e simbolismos. A migração constitui uma categoria complexa, pois estamos lidando com uma gama de culturas, assim como existem diferentes tipos de indivíduos e grupos sociais, existem também várias formas de ser migrante (Sayad, 1998, p. 46).

O processo de migração ocorre em múltiplos contextos em um país, os principais acontecimentos que levam a esse contexto são fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. Não é um processo fácil, tanto do ponto de vista emocional, quanto do financeiro, muitas vezes não se trata de escolha, mas sobrevivência (Sayad, 2000, p. 18). A partir da análise deste trabalho, observa-se que os estudos da memória migrante, diaspórica, enfim, em contexto de deslocamento, tendem a ser mais específicos e designados ao momento ou cenário em que o indivíduo se encontra, a época e a necessidade que enfrenta.

Pollak (1992) em seu artigo “Memória e Identidade” apresenta que “locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (Pollak, 1992, p.3). Independente do acontecimento que levou determinado grupo a se deslocar, o processo de migração ocasiona uma marca tanto física quanto histórica e, nesse momento entende-se que as destas marcas podem ser legadas por gerações, de forma que os acontecimentos ficam intrínsecos a uma herança familiar pode que gerar pertencimento.

Segundo Abdelmalek Sayad (1990, p. 15), “O espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião)”. O autor reforça que se deslocar não é apenas uma simples viagem, a imigração vem acompanhada de mudanças no: contexto social, a busca por novos laços; econômica, um novo mercado de trabalho; política, compreensão de novos direitos e deveres, leis e governos; cultural, se destaca por ser um dos mais complexos, compreender e lidar com novas tradições, valores e costumes, que podem não ir de encontro com os de origem. Sayad (1990) ainda enfatiza a língua e a religião como um dos pilares da cultura, pois é a partir dela que se molda a identidade, ou seja, quando migrantes precisam se comunicar em outro idioma e praticar sua religião em um novo ambiente, sua identidade está sendo profundamente transformada e desafiada.

Já a pesquisadora Teresinha Bernardo (1998), reflete sobre o ser migrante. Embora seu estudo se concentre na migração de pessoas do norte e nordeste para o sudeste do Brasil, seu trabalho é fundamental para compreendermos qualquer processo de deslocamento.

A autora argumenta “enquanto existir esse grupo social na metrópole existirá a sua memória, expressa no trabalho, na música, na dança, na comida e na arte de benzer e de curar” (Bernardo, 1998, p.45), ou seja, a identidade de um grupo migrante sempre existirá pois está intrínseco ao ser no cotidiano, estando presente na música que se escuta, na dança tradicional, na comida que leva o tempero típico. Esses elementos são ferramentas de manutenção da memória, configuram a resistência desse grupo e impede sua absorção pela cultura dominante que se está inserida.

Pollak (1992) complementa a discussão sobre identidade ao analisar a socialização de um grupo de migrantes em seu novo território “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992, p.2). Entendesse que um grupo que passou pelo mesmo contexto e se encontra fora daquele território conhecido, se conecta e se aproxima pela identidade e em decorrência do que enfrentaram.

Ao tratar de identidade, o autor usa ideias da psicologia e psicanálise ao abordar três pilares importantes, que analisados em paralelo da tentativa de preservação da cultura dos migrantes em novos territórios apresentam destaque. O primeiro é unidade física, é a percepção de quem está dentro ou fora de uma comunidade cultural. O segundo é a continuidade no tempo,

o que conecta a história e as tradições de um grupo com suas práticas atuais. E por fim, o último é a coerência, a necessidade de que os símbolos, histórias e práticas não se contradigam com frequência (Pollak, 1992). Entende-se que identidade é saber quem você é, de onde vem e como quer ser visto, tanto no individual como no coletivo.

O significado dessa terra também transparece quando os migrantes encontram alguém que escute suas histórias. Nesse momento transformam-se em verdadeiros narradores, inclusive porque preenchem os requisitos básicos que Benjamin aponta para a arte de narrar. “Quem viaja tem muito que contar, diz o povo e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe” Benjamin, 1985¹⁶ apud Bernardo, 1998, p.45).

Parafraseando Walter Benjamin, Teresinha Bernardo (1998) ressalta uma questão muito importante sobre memória migrante e identidade: o lugar de fala¹⁷. Nesse contexto, os migrantes possuem autoridade de narradores, através da fala eles conseguem reafirmar sua identidade, legitimar sua história e resistir a narrativa dominante, que em sua grande maioria o reduz a um estereotipo da cultura inserida. Quando encontram um ambiente que não são apenas ouvidos, mas valorizados, é possível manter o passado vivo e ativo no presente.

Existem em São Paulo redes de solidariedade intensa entre os migrantes, embora sem visibilidade para a sociedade englobante. Na verdade, essas redes parecem movimentar-se no subterrâneo, mas são tecidas com fios suficientemente firmes, que tornam quase impossível sua ruptura. (Bernardo, 1998, p. 45)

Podemos relacionar com o trecho retirado do artigo de Bernardo (1998), a metáfora de subterrâneo como no conceito de memória subterrânea de Pollak (1989), eles fazem alusão quando pensamos que estão a margem, não são percebidas ou valorizadas. E por mais que as redes desses grupos sociais estejam nessa posição, fica claro uma construção coletiva sólida e resistente. As comunidades criam laços de confiança, apoio emocional, diálogo, vivências e troca de experiências, senso de coletividade que aproxima o migrante do conjunto, enquanto o “englobante” (sociedade dominante) não proporciona ou em piores casos exclui (Bernardo, 1998).

Assim, pelo trabalho das lembranças, reconstrói-se aqui o que se deixou lá. A análise da memória permite captar não só as lembranças, o imaginário, mas também as reconstruções reais. E nesta perspectiva que a memória significa resistência. E por isso os processos de homogeneização estão longe de ocorrerem no caso dos migrantes. (Bernardo, 1998, p. 45)

¹⁶ Benjamin, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 4-ed., São Paulo, Brasillense, 1985, p. 198.

¹⁷ O conceito de "lugar de fala" tem suas origens na Análise do Discurso de linha francesa, especialmente com Michel Pêcheux. Compreende-se que o "lugar" não se refere ao indivíduo em si, mas à posição que ele está em uma estrutura social e institucional. Essa posição determina o que pode e deve ser dito, sendo atravessada por relações de poder e pelas estruturas históricas de produção do discurso (Pêcheux, 1997).

Podemos concluir que a memória migrante surge não apenas como uma lembrança do passado, mas como um agente ativo na construção do presente. A ação de relembrar, age como fórmula na construção diária da memória no novo território habitado. Não é apenas sentir falta do passado, é sobre identidade e reconhecimento, elas se manifestam em afazeres diários como músicas, receitas e tradições, entendendo que não é sobre onde você se encontra, mas como você se reconhece, e por isso que a memória é tão poderosa porque ela resiste mesmo em um período que se está imerso totalmente em outra cultura.

É a partir da luta contra homogeneização cultural do dominante, que o indivíduo mantém viva sua identidade, preservando suas tradições, hábitos, histórias e valores. Assim, apesar do deslocamento geográfico, suas raízes não são esquecidas e sim incorporadas no cotidiano, se manifestando em novas formas de pertencer. Essa manifestação e busca pela identidade não finaliza aqui, ela se desdobra quando pensamos em lugares de memória. Esses ambientes geralmente como a Casa do Povo, centro culturais, associações, restaurantes típicos, instituições comunitárias, se constituem como espaços onde suas histórias não são somente revisitadas e reorganizadas, são legitimadas, compartilhadas e preservadas, através de gerações e da criação de uma herança cultural.

No subcapítulo a seguir, iremos pensar sobre os lugares de memória, bem como seu papel para construção e abordagem dos sítios de memória e consciência enquanto categoria teórica e prática, compreendendo como desenvolve seu papel na construção de narrativas, identidades e processos de direitos humanos articulado com a memória.

2.3. Sítios de memória e consciência

Conforme discutido nos subcapítulos anteriores, a memória é compreendida como uma construção social e coletiva, produzida a partir das relações estabelecidas entre os grupos e seus contextos históricos. A partir dessa perspectiva, torna-se fundamental compreender de que maneira essas memórias se materializam e se inscrevem no espaço social.

Podemos compreender que os lugares de memória funcionam como agentes ativos na conexão da memória e comunidade, preservando não só os registros do passado, mas ajudando na manutenção cultural de grupos sociais no presente. Ainda que, o conceito de lugares de memória, como proposto por Pierre Nora (1993), seja fundamental para compreender os processos de materialização da memória coletiva, alguns autores chamam atenção para os

limites dessa abordagem quando ela é tomada de forma literal ou excessivamente centrada no lugar.

Oliveira e Coelho (2014, p.63) problematizam a associação direta entre memória e suporte material, ao afirmarem que a “memória não cabe em placas, tão pouco em lugares, porque não se encerra neles. Os memoriais vão sim, continuar existindo, pois inúmeros personagens e fatos históricos são merecedores de reverência, homenagens”. Para as autoras, a institucionalização do passado, embora importante, não garante por si só o direito à memória, uma vez que ela se constrói como uma prática social em constante disputa. Essa questão, nos leva a refletir sobre o próprio conceito de lugar de memória, ao evidenciar que o espaço não produz sentido de forma isolada, dependendo de mediações históricas, políticas e culturais para ativar reflexões no presente. Nesse sentido, o risco não está apenas no esquecimento, mas também em transformar o lugar em um fim em si mesmo.

A partir dessas problematizações, é possível ampliar o debate para além da concepção de lugares de memória, considerando ações que trabalham de forma mais explícita o caráter processual, político e social da memória. Se as reflexões teóricas ajudam na atuação desses espaços, é também a partir das práticas concretas de planejamento, implantação e funcionamento que novas abordagens vêm sendo elaboradas. Assim, independentemente das denominações usadas por museus, memoriais ou lugares de memória, algumas iniciativas passam a se destacar por elaborarem a preservação histórica, mediação social e compromisso com os direitos humanos, como os sítios de memória e consciência.

Um Sítio de Consciência é um lugar de memória – como um sítio histórico, um museu ou um memorial local – que impede que esse apagamento aconteça, a fim de promover sociedades mais justas e humanas hoje. Os Sítios de Consciência não apenas oferecem espaços seguros para recordar e preservar até mesmo as memórias mais traumáticas, mas também permitem que seus visitantes estabeleçam conexões entre o passado e as questões contemporâneas de direitos humanos relacionadas. (International Coalition of Sites of Conscience, 2026)

Essa definição é apresentada pela *International Coalition of Sites of Conscience* (ICSC), em português Coalizão Internacional de Sítios de Consciência¹⁸. Fundada em 1999, a rede conta com 400 membros, distribuídos em 80 países, se consolidando como a principal organização internacional dedicada a sítios de memória e consciência vinculados aos direitos humanos, democracia e ação cívica.

A Casa do Povo, participa de diferentes redes de sítios de memória e consciência. No plano internacional, começou a integrar na década de 2010 a *Internacional Coalition of Sites of*

¹⁸ Para mais informações sobre a International Coalition of Sites of Conscience. Sobre nós Us. Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org/about-us/about-us-2/>.

Consciencie, tendo um foco global. A partir de 2016, integra a *Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños*¹⁹, articula iniciativas latino-americanas e caribenhas. No âmbito nacional, é membro da Rede Brasileira de Lugares de Memória²⁰ (REBRALUM), criada em 2019, se encontra entre os primeiros integrantes. Apesar dessa ampla inserção nas redes, a Casa do Povo ainda não integra o grupo brasileiro de Sítios de Memória e Consciência (SMC).

Como apresentado por Hoffman (2019), os trabalhos realizados em espaços como sítios de memória e consciência entram em embates com narrativas oficiais e silenciamentos históricos, esses espaços buscam problematizar violências, resistências e experiências coletivas, reconfigurando o passado para as questões do presente. Assim, a memória deixa de ser apenas objeto de preservação para se tornar ferramenta de reflexão e intervenção social, se aproximando diretamente do campo dos direitos humanos.

São instituições que colocam em questão o papel social dos museus, ao se posicionar como agentes-chave em sua atuação junto à sociedade civil. A partir de suas ações, vão além das instâncias de representação das experiências humanas e assumem uma boa dose de ‘ativismo’: posicionam-se como incentivadoras de mudanças sociais, encorajam reflexões morais sobre os deveres e direitos das pessoas enquanto cidadãos e deixam explícita uma atuação no sentido de objetivar mudanças nas formas de pensamento, nas mentalidades. Ao mesmo tempo, mobilizam as comunidades a tomar partido, a se engajar na ação e intervenção social. (Hoffman, 2019, p. 132)

A criação de sítios de memória e de consciência frequentemente ocorre relacionado a noção de “dever de memória”. Sob a perspectiva de Ulpiano Meneses (2018), essa noção acontece quando os museus ou instituições culturais, ocupam um espaço de:

(...) reflexão crítica e formação da consciência histórica. Não se trata apenas de aprofundar informações (precisas) sobre o passado para retratar nossas heranças presentes, mas de adquirir a capacidade de desnaturalizar o passado, para também desnaturalizar o presente. (Meneses, 2018, p.4)

Esse pensamento de “desnaturalizar o presente”, é uma necessidade de compreender que atitudes e pensamentos do passado precisam ser combatidos e reconhecidos no hoje, pois já não mais representam aquilo que foi ensinado. Como reforça, Hoffman:

Muitas dessas instituições são criadas a partir da perspectiva de um dever de memória, geralmente por governos ou grupos de transição, após o período em que se efetivou a situação de opressão ou violação dos direitos. O conceito de ‘dever de memória’ mobiliza saberes diversos como a Filosofia, o Direito e a História. Relaciona-se na contemporaneidade a questões identitárias e às lutas por reconhecimento e reparação no que diz respeito à memória de acontecimentos sensíveis. (Hoffman, 2019, p. 132)

¹⁹ Para mais informações sobre a Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños, ver: Quem somos, disponível em: <https://sitiosdememoria.org/pt/quem-somos/>.

²⁰ Para mais informações sobre a Rede Brasileira de Lugares de Memória ver: Redes, disponível em: <https://www.nucleomemoria.com.br/redes>.

No contexto brasileiro, a constituição de sítios de memória e consciência está fortemente associada a espaços relacionados a ditadura militar como antigos centros de repressão, arquivos, memoriais e iniciativas museológicas que abordam a violência de Estado, as lutas de resistência e os processos de apagamento histórico. Esses espaços trabalham não apenas como locais de memória, mas também como território de disputa simbólica sobre o passado ainda recente, ajudando a promover debates sobre justiça, memória, verdade e reparação. (Brito; Julião, 2023, p.13-14)

De forma parecida, em escala mundial, experiências ligadas a Segunda Guerra Mundial e as migrações forçadas também deram origem a iniciativas de memória que conversam com a noção de sítios de consciência. Espaços relacionados ao Holocausto, as diásporas e aos deslocamentos populacionais tornaram-se referências para a construção de narrativas que dialogam com o trauma, identidade, resistência e direitos humanos. Contudo, conforme discutido por Andreas Huyssen (2000), a partir do Holocausto é possível problematizar os efeitos do alcance dessas memórias:

Embora o Holocausto, como lugar-comum universal da história traumática, tenha migrado para outros contextos não relacionados, deve-se sempre perguntar se e como ele reforça ou limita as práticas de memória e as lutas locais, ou se e como ele pode executar ambas as funções ao mesmo tempo. É claro que os debates sobre a memória nacional estão sempre imbricados com os efeitos da mídia global e seu foco em temas tais como genocídio e limpeza étnica, migração e direitos das minorias, vitimização e responsabilização. (Huyssen, 2000, p. 16)

Ao pensarmos em perseguições, genocídios e processos migratórios, esses sítios não apenas preservam a história, mas também refletem sobre racismo, autoritarismo, intolerância e democracia no presente, evidenciando as tensões de narrativas globais de trauma e compreendendo as lutas locais por memória e justiça.

Assim, os sítios de memória e de consciência trabalham diretamente com o campo dos direitos humanos, ao entenderem a memória como algo fundamental para a promoção da justiça, da democracia e da não repetição de violências. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos consistem em:

[...] direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da sua raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação. (Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2019)

Nesse contexto, o museólogo e docente Felipe Hoffman (2019) destaca que a atuação desses espaços está frequentemente associada ao conceito de justiça de transição, entendido como “um conjunto de mecanismos para lidar com o legado de violência de Estados autoritários

ou que sejam incapazes de preservar a integridade de seus cidadãos” (Hoffman, 2019, p. 134). Assim, esses espaços se afloram como mediadores entre experiências históricas e debates públicos mais amplos sobre direitos humanos e memória.

Embora possam estar ligadas a questões e lutas relacionadas a contextos regionais, esses memoriais, que em alguns casos assumem a forma de museus, permitem uma experiência compartilhada de identificação com os grupos e suas memórias. Em sua quase totalidade, a mensagem central defendida por essas instituições é a de que a lembrança desses acontecimentos funcione como catalisadora de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes. Nesses contextos, aparecem quase sempre atreladas ao conceito de justiça de transição (Hoffman, 2019, p. 133).

Assim, os sítios de memória e consciência se configuram como dispositivos pedagógicos e políticos que transformam a lembrança em ferramenta de crítica social, destacando que a memória não é apenas um ponto de vista do passado, mas uma possibilidade de ação no presente. Ao trabalhar história, memória e direitos humanos, esses espaços ampliam o papel tradicional dos museus e memoriais, se aproximando de práticas de cidadania, participação social e construção de culturas democráticas.

A discussão apresentada permite compreender que a memória não se constitui apenas como um conjunto de lembranças individuais, mas como uma construção social, coletiva e historicamente. O conceito de lugares de memória, formulado por Pierre Nora (1993), contribui para entender como determinadas experiências, objetos e espaços são intencionalmente carregados de significado, se tornando referências de identidades culturais para grupos sociais. Esses lugares surgem da vontade de memória, de um esforço de preservação e transmissão de referências simbólicas em contextos marcados pela perda, pelo deslocamento ou pela ruptura das tradições.

Entretanto, a memória não se encerra nos lugares, nem se esgota em suportes materiais, ela permanece como prática social, atravessada por disputas de poder, silenciamentos e negociações. Sendo assim, a ampliação do debate para os sítios de memória e de consciência permite compreender a memória para além da questão geográfica, reconhecendo seu caráter processual, político e educativo. Esses espaços não apenas preservam o passado, mas articulam narrativas, promovem debates públicos e estimulam reflexões sobre justiça, democracia e direitos humanos.

Os sítios de memória e de consciência, ao se vincularem ao conceito de dever de memória e aos mecanismos de justiça de transição, evidenciam o papel político dos museus e memoriais na elaboração de passados traumáticos e na construção de garantias de não repetição. Ao mobilizarem memórias sensíveis, violências históricas e experiências coletivas, esses espaços tornam-se dispositivos de mediação entre passado e presente, contribuindo para a

formação de cidadãos e para o reconhecimento de direitos humanos. Assim, a memória deixa de ser apenas objeto de preservação e passa a operar como ferramenta de reflexão crítica, intervenção social e afirmação de identidades, se consolidando como algo fundamental na construção de sociedades mais justas, plurais e democráticas.

Assim, a Casa do Povo por mais que não esteja envolvida em todas as redes de sítios de memória e consciência – atualmente não integra o grupo brasileiro SMC –, pertence ativamente a grande maioria deles, articulando práticas, discursos e ações que conversam com o campo. Ao trabalhar como espaço comunitário, cultural e político, a instituição movimenta as memórias migrantes, experiências de diáspora, histórias de resistência e debates contemporâneos sobre direitos humanos, política públicas, identidade e pertencimento, além de se configurar como ponto de memória reconhecido, articulando ações no bairro do Bom Retiro e na cidade de São Paulo.

No próximo capítulo, iremos apresentar a trajetória histórica da Casa do Povo, mostrando sua fundação, contextos de surgimento, cenário político inserido e sua transformação ao longo do tempo, compreendendo como o espaço se torna uma referência sobre memória e consciência na cidade de São Paulo.

3. A CASA DO POVO: HISTÓRIA E CONTEXTO

No século XX, por decorrência da Segunda Guerra Mundial e do avanço do antissemitismo, muitos judeus da Europa Central e Oriental — como Alemanha, Polônia, Rússia, Ucrânia, Lituânia e outros países — foram forçados a diáspora e ao exílio. Grande parte dessa população vivia em regiões que estavam inseridas na língua e cultura Iídiche, que era tradicionalmente vinculada aos movimentos sociais e a esquerda internacional, os judeus que falavam essa língua, diferente do hebraico eram lidos como povo do “gueto”.

Em 1937, foi realizado o Congresso Cultural Mundial Iídiche, no qual representantes das comunidades judaicas elaboraram resoluções para se pensar a preservação da cultura. Entre as diretrizes, ficou estabelecido que onde houvesse um povoado judaico deveria ser criado espaços como escolas, corais, jornais e teatros. Essas medidas evidenciam uma manifestação coletiva para garantir e perpetuar a cultura iídiche, que vinha sofrendo ameaças de apagamento.

O Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), mais conhecido como o Folks Hois ou a Casa do Povo, surge da diáspora da comunidade na Europa Oriental e do refúgio encontrado no Brasil. Um grupo amplamente lido e compreendido como “progressistas”, não apenas por suas ideologias, mas também por sua presença em um território de intenso engajamento político. A chegada dessa comunidade ocorre no final da Segunda Guerra Mundial, quando parte desse povo desembarca em São Paulo.

Movidos pelo desejo e a necessidade de traçar novos caminhos para a vida e cultura judaica, a Casa do Povo se estabelece como espaço de celebração e memorial daqueles que foram silenciados pelo regime nazista; de homenagem aos heróis e mártires tombados pela guerra; de desenvolvimento da cultura iídiche; e de fortalecimento de vínculos com as comunidades que historicamente se encontraram com o fascismo.

Figura 1 - Fachada ICIB na década de 1950



Fonte: Acervo AHJB

Em 1953, o centro cultural ganha uma sede, um edifício de construção modernista e histórica, idealizado e planejado pelo arquiteto Ernest Carvalho Mange - responsável também pelos projetos do Banco América do Sul S.A. na Bela Vista, em 1965, e do Edifício da Engenharia Mecânica da USP, em 1966. O prédio está localizado no bairro do Bom Retiro, na rua Três Rios, e conta com 3,5 mil metros quadrados, dividido em três andares, com amplos salões que podem ser usados de diversas maneiras.

A Pedra Fundamental foi colocada em 1946, quando milhares de judeus progressistas, se reuniram sob uma placa em iídiche com nomes de campos de concentração escritos e um número 6.000.000! Para 'reviver e progredir'. O prédio foi criado para ser um monumento vivo em que a memória serviria para a construção do futuro. Para tanto, ao invés de construir um memorial, essa vertente da comunidade judaica, que defendia o heroísmo dos que lutaram no Gueto de Varsóvia, criou um centro cultural. Até os dias de hoje, o visitante que entra na Casa do Povo se depara com um prédio nu: nas paredes não está escrito nenhum nome dos que morreram na guerra; não há nenhuma placa de agradecimento aos que apoiaram a construção do prédio (SEROUSSI, 2014, p. 02).

Mas este espaço não foi concebido como um memorial tradicional, dentro do edifício não há placas, nomes, estátuas, citações ou homenagens que estamos habituadas a encontrar neste tipo de ambiente. A ausência desse simbolismo como homenagem, abriu espaço para uma alusão mais significativa na construção do edifício, os tijolos que compõem a construção do prédio foram doados por colaboradores do centro cultural, que buscavam com esse gesto,

realizar uma sepultura simbólica para aqueles seis milhões de mortos que não tiveram direito a um enterro — muito menos uma lapide.

Figura 2 - A pedra fundamental



Fonte: Acervo AHJB

Instalados devidamente no Bom Retiro, os desdobramentos dos movimentos sociais ligado a cultural iídiche, começou a refletir com muita potência. O centro cultural abarcou grandes projetos como: Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem, Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB), Centro Cultura e Progresso, a colônia de férias Kinderland, o Coro Scheiffer, o grupo de teatro Dramkraiz, o Jornal Nossa Voz, um clube de xadrez e a Associação Feminina Israelita Brasileira²¹ (AFIB). Entre as décadas de 50 e 60, a Casa do Povo viveu um período de grandes realizações e todos que estavam no bairro acompanhavam essa movimentação, favorecendo uma troca de culturas.

Como em todo o território brasileiro, no Bom Retiro não seria diferente, em 1964 com a ditadura militar, o que já era difícil se potencializou. A comunidade que era engajada com as políticas de esquerda e questões sociais, percebeu a movimentação da repressão política que vinha do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), colocando a Casa do Povo na mira. Mais tarde durante esse período, o centro cultural passou a enfrentar a censura nas suas atividades, ações assistencialistas e políticas. Nessa fase nos deparamos com o primeiro de alguns momentos de instabilidade na existência da Casa do Povo.

²¹ A Associação Feminina Israelita Brasileira, foi uma organização formada por mulheres judias no Brasil, inspirada em tradições de luta por direitos sociais e humanos, vinculando-se simbolicamente a figuras como Clara Zetkin e Rosa Luxemburg, bem como a experiências de resistência judaica durante a Segunda Guerra Mundial.

Esse período marcado pelo golpe, apresentou uma desconfiguração na missão da instituição. Um polo cultural relevante e com tamanha importância, localizado no centro de São Paulo teve suas peças censuradas, um jornal fechado e fortes perseguições, causando um clima hostil para aqueles que frequentavam o local.

A soma da angústia provocada por um período marcado por tensões políticas e a constante sensação de que a censura havia vencido, gerou um cenário de fragilidade. Na década de 1980, com a migração de parte da comunidade judaica do Bom Retiro para bairros considerados nobres, a Casa do Povo enfrentou um grande declínio, afetando fortemente a rede de comunidade que a sustentava.

Na década de 2000, a instituição passou por muitas dificuldades, quase fechou, foi negligenciada e de certa forma abandonada. O ambiente “era habitado principalmente por pessoas com idade avançada que tinham envelhecido com a Casa” (Serroussi, 2025, p. 5) parte da comunidade que se manteve no bairro, ainda eram movidas pela árdua vontade de manter sua cultura viva, mesmo nesses momentos de insegurança existiam encontros para o coral em iídiche, onde ensaiavam e cantavam hinos e músicas que eram um marco de resistência para sua cultura.

O tempo passou, as dificuldades se alastraram, a Casa do Povo resistiu, mas não foi apenas a instituição que presenciou mudanças, externamente as coisas também já não eram mais as mesmas no Bom Retiro. “O bairro estava agora marcado pela presença de outras migrações – nordestinas, latinas e coreanas –, mas o canto coletivo segurava o mundo da Casa, dentro das suas quatro paredes, mundo este que há muito tempo tinha desmoronado lá fora” (Serroussi, 2025, p. 5-6)

Junto dessas influências, um novo cenário político em São Paulo era moldado, se presenciou uma transição na prefeitura da cidade, com a entrada do governador Fernando Haddad que era lido como progressista e a saída de Gilberto Kassab que representava um lado conservador. Esse cenário foi marcado por intensos protestos e uma grande insatisfação da população paulistana, culminados principalmente por aumento de tarifas, violência policial e corrupção.

No livro “Casa do Povo: Modos de Fazer” Benjamin Serroussi (2025) aponta que o marco principal da reconstrução depois de tempos tão difíceis, se dá no encontro da instituição com o Movimento Passe Livre (MPL), em 2013, o grupo que se reunia para pensar a luta pela democracia ao acesso à mobilidade urbana. Ele apresenta que, naquele momento da história, muitos movimentos sociais e artistas buscavam um espaço e a Casa precisava de um povo. Em

uma drástica ação de confiança, novas pessoas e grupos receberam a chave da porta de entrada e foram acolhidas no espaço. É nesse momento que a instituição volta a se fortalecer, se solidificar e ser habitada, dando origem ao que conhecemos hoje como o Povo da Casa.

Ao longo desses quase 15 anos que instituição voltou a atuar fortemente, retomando principalmente sua missão, não foi apenas a memória do povo judaico que foi revisita, repensada e discutida. Abriu-se espaço para diversas novas atividades, ativação de memórias culturais e do bairro, a Casa do povo está de coração e portas abertas para todo o bairro e aqueles que os cruzam.

Como apresentado, a instituição evidencia que seu trabalho sempre foi atravessado por disputas de memória, experiências migrantes e práticas de resistência cultural e política. Toda essa trajetória destaca que o trabalho da instituição não ocorre apenas como um memorial, mas como uma produção contínua de uma memória social. A partir do momento que a Casa do Povo movimenta essas narrativas revisitando, reinterpretando, atualizando com questões do presente, a compreensão como mero marco história se desloca se aproximando definitivamente da noção de sítio de memória e consciência.

Sob esse olhar, podemos compreender que o marco de 2013, quando a instituição volta a ser ocupada e ativada, é o ponto de virada onde o espaço transcende a função original. Ele se tornar um dispositivo onde o passado está sendo mobilizado uma história aberta, que muda de sujeito no contemporâneo – acolhendo novos grupos sociais, mantém intacta em seu cerne as questões políticas e de reivindicação de direito, ao visitar o ativismo, a Casa do Povo se torna um agente de mudança social, que potencializa o cidadão a refletir sobre seus direito e deveres (Hoffman, 2019).

Nessa perspectiva, é a partir deste período com essa reocupação na Casa do Povo que a instituição passa a consolidar sua inserção em redes institucionais de memória. Ao ser reconhecida como integrante da International Coalition of Sites of Conscience, recebe uma validação de que o seu espaço opera de modo que a memória deve ser um catalizador de justiça social, esse marco não representa apenas uma formalidade burocrática, mas um reconhecimento do trabalho desenvolvido. Além disso, se estabelece também na Rede Latino Americana e Caribenha de Lugares de Memória, levando o bairro do Bom Retiro como um espaço de resistência que se liga nas lutas contra o fascismo e as resistências contra ditadura militar.

Ainda nesse contexto, a Casa do Povo ganha destaque como uma das primeiras instituições a compor a Rede Brasileira de Lugares de Memória, que foi criada em 2019. Sua participação na rede é muito interessante pois o grupo busca o direito a memória no Brasil,

assim fortalecem a pressão por políticas de preservação de locais que ocorreram graves violações de direitos humanos e que demonstram resistência democrática²². Além disso em 2023, ocorreu um evento realizado pela Casa do Povo em parceria com a Rede de Lugares de Memória da América Latina e Caribe e a Rede Brasileira de Lugares de Memória, reunindo 37 iniciativas brasileiras, em dois dias de programação que abordava *Direito à Memória; fazer coletivo*²³, reafirmando a importância de criar essas conexões e promover discussões como essa.

Toda essa movimentação, constrói força e estrutura para o cenário da Casa do Povo, que em 2023 passa a ser reconhecida como um Ponto de Memória, esse programa faz parte das políticas públicas brasileiras e são uma iniciativa do IBRAM – Instituto Brasileiros de Museus, que visa articular espaços que reúnem:

Conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória. (IBRAM, 2021)

Essas atividades se desenvolveram em um contexto de incentivo as políticas públicas de memória na área de museologia, fomentadas principal a partir dos anos 2000 pelo IBRAM, que visam e incentivam as experiências comunitárias de preservação e ativação da memória, na extensão do território brasileiro.

Nesse contexto, os museus se diferem dos Pontos de Memória pois não dependem de um espaço físico tradicional, não são limitados pela forma que são concebidos, as edificações que ocupam, como o acervo está organizado ou são geridos, rompem com a barreira conservadora priorizando processos sociais de construção da memória, participação coletiva, gestão comunitária e sua relação com o território — que pode ser física ou simbólica. Frente a isso, o Ponto de Memória pode ser reconhecido como um espaço da memória como prática viva e coletiva, onde grupos sociais narram, reconhecem e disputam suas próprias histórias.

Além disso, a Casa do Povo é reconhecida no programa da Prefeitura de São Paulo, chamado Inventário Memória Paulistana, que se apresenta como:

²² Para mais informações sobre a criação da Rede Brasileira de Lugares de Memória (REBRALUME), ver: NÚCLEO MEMÓRIA. Criação da Rede Brasileira de Lugares de Memória – REBRALUME. Disponível em: <https://www.nucleomemoria.com.br/criacao-da-rede-brasileira-de-lugares-de-memoria---rebralume>.

²³ Para mais informações sobre o seminário Direito à memória: fazer coletivo, realizado pela Casa do Povo em parceria com a Rede de Lugares de Memória da América Latina e Caribe (RESLAC) e a Rede Brasileira de Lugares de Memória (REBRALUME), ver: CASA DO POVO. Direito à memória: fazer coletivo. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/direito-a-memoria-fazer-coletivo/>.

Instrumento que identifica e reconhece lugares e narrativas de grande relevância para a memória e identidade dos diversos grupos sociais de São Paulo. A identificação desses lugares é feita por meio de placas azuis de ferro esmaltado com 35 cm de diâmetro. São exemplos dessas narrativas significativas: acontecimentos históricos, festas, espaços de sociabilidade que marcaram gerações, locais relacionados à atuação de grandes personalidades, entre outros. (Prefeitura de São Paulo, 2025)

Figura 3 - Placa concedida a Casa do Povo pelo Programa Inventário da Memória Paulistana. 2026



Fonte: Thainá Storalli

O levantamento dessas participações e colaborações internacionais e nacionais, serve como uma lente fundamental para enxergarmos a Casa do Povo como um monumento vivo. Esse lugar, adquire mais sentido quando se descobre que fisicamente, o seu edifício não é tombando por nenhum órgão de preservação em esfera federal, estadual ou municipal. Mesmo com essa ausência burocrática do tombamento, não diminui seu valor apenas reforça sua condição de residir na imaterialidade. No presente trabalho, o uso do reconhecimento institucional da Casa do Povo como um Sítio de Memória e Consciência e Ponto de memória, não será apenas tratado como uma categoria administrativa ou um título formal. O conceito é deslocado como uma ferramenta analítica, ajudando a compreender os modos nos quais a memória é produzida e ativada no território.

Sob essa perspectiva, a memória não se encerra nos arquivos institucionais ou coleções, mas são distribuídas pelas ruas do bairro do Bom Retiro, nas práticas culturais e nas trajetórias dos sujeitos que habitam e cruzam a instituição. Embora a Casa do Povo se caracterize formalmente como um centro cultural, seu acervo não se encaixa e configura apenas no modo tradicional como arquivos ou documentos, para além desses suportes a instituição trabalha com práticas em constante ativação cultural. Nesse sentido, o espaço funciona como uma construção de narrativas plurais, através de diversas experimentações do modo de fazer e de ser, operando como um arquivo vivo e reinventando noções de cultura, comunidade e memória.²⁴

A missão da instituição tem como pilar três conceitos centrais, que levam os nomes em iídiche fazendo referência a sua história:

- Gedenk (memória): Lugar de memória viva, no caso, da instituição, do bairro, das migrações e das resistências.
- Farain (associação): Plataforma em torno da qual se agregam iniciativas coletivas diversas, artísticas ou não.
- Tsukunft (futuro): Espaço que traz o futuro para o presente, desenvolvendo práticas experimentais.

A Casa do Povo possui um arquivo com mais de 4 mil livros, fotografias, objetos, documentos que registram a história cultural da cidade de São Paulo, do bairro do Bom Retiro, da imigração judaica, da cultura iídiche e da resistência à ditadura militar. Para além desse acervo histórico, o arquivo continua sendo produzido por meio das atividades e ações da instituição que acontecem diariamente, documentam a memória viva da comunidade.

O prédio que hoje se encontra a instituição, não foi pensado estruturalmente para a presença de um arquivo, mas em decorrência de toda a sua história e atividades realizadas com o passar dos anos se acumulou muitos documentos, não sendo possível ignorar a quantidade, então a equipe responsável pela organização começou a pensar essa questão com uma pergunta central “o que aconteceria se passássemos a olhar os arquivos de uma instituição como se fossem arquivos de um movimento social?”²⁵. Nesse sentido, o acervo passa de um entendimento apenas de registros do passado e funciona como uma institucionalização da vida coletiva abordando iniciativas práticas de memória, experiências comunitárias e vestígios de lutas. A noção de arquivo vivo então, nasce pensando o acervo para além de sua salvaguarda,

²⁴ Para mais informações sobre definição de história, missão e estrutura institucional da Casa do Povo, ver: CASA DO POVO. Sobre. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/sobre/>

²⁵ Druwe, Ana; Serroussi, Benjamin (org.), Casa do Povo: Modos de Fazer, 2025, p. 51.

mas sobretudo como agente ativo da memória que está em constante atualização, interpretação e escuta.

No presente trabalhos iremos fazer o recorte especialmente nas iniciativas migrantes ou que se relacionam como tal, sítio de memória e consciência e direitos humanos, como elas são construídas, produzidas e organizadas pela instituição. As práticas de ativação da memória na Casa do Povo são realizadas por muitas dimensões, desde a preservação de arquivos institucionais e artísticos até a produção de projetos que dialogam com a atualidade, isso nos ajudará a compreender a maneira que são mobilizadas as narrativas de visibilidade e experiências dos grupos migrantes.

No capítulo a seguir, serão analisadas as documentações primárias selecionadas, bem como o material produzido no âmbito do trabalho submetido ao edital de Ponto de Memória, compreendido como parte do processo de produção institucional de memória e como fonte para a reflexão proposta por esta pesquisa.

4. ANÁLISE DOCUMENTAL: A CASA DO POVO EM REGISTROS

Neste capítulo iremos analisar a trajetória da Casa do Povo a partir de seu acervo documental e de seus registros de atuação, conseguiremos compreender como ocorre os diversos suportes fundamentais para cristalização da memória social da instituição. A investigação não se limitará a um registro cronológico dos eventos, mas busca nas entre linhas entender a postura da Casa do Povo através das políticas culturais e de direitos humanos.

A estrutura da análise está situada em dois momentos complementares. Primeiramente, examinaremos os documentos das décadas de 1950 e 1960, como convites de inauguração, correspondências e programação cultural, que apresenta o esforço da comunidade judaica progressista em manter uma resistência e um lugar de pertencimento no bairro do Bom Retiro. Em um segundo momento, analisaremos essa retomada de atividades contemporâneas (2019-2025), período em que a instituição se consolida como um Sítio de Memória e Consciência e Ponto de Memória.

Ao analisarmos esses diferentes registros e suportes, pretende-se demonstrar como a Casa do Povo não se limita a guardar o passado, mas utiliza seus registros como ferramenta de intervenção social. Assim, conseguiremos enxergar o deslocamento da atuação da instituição para um espaço de narrativas plurais e manutenção de identidades no território paulista.

Os primeiros registros analisados, são referentes ao convite para o Baile de Inauguração do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB)/Casa do Povo, que ocorreu em 06 de setembro de 1953 (figuras 3 e 4). Estes documentos são a materialização e a concretização de um desejo coletivo da criação de um espaço físico que servisse de suporte para memória e a vida comunitária para a comunidade judaica.

Essa inauguração, que contava com a Orquestra de Sylvio Mazzucca, registra o momento que um grupo migrante estabelece sua unidade física no bairro. Como apontado por Pollak (1992), essa unidade física se entende como um pilar da identidade, pois concretiza um espaço claro de pertencimento. Ao erguer essas paredes, a comunidade deixa de ocupar espaços provisórios para fincar suas tradições em um prédio – que sempre foi pensado como um monumento vivo.

Figura 4 - Convite para o Baile de Inauguração do Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo, realizado no dia 06 de setembro de 1953.



Fonte: Casa do Povo (2026)

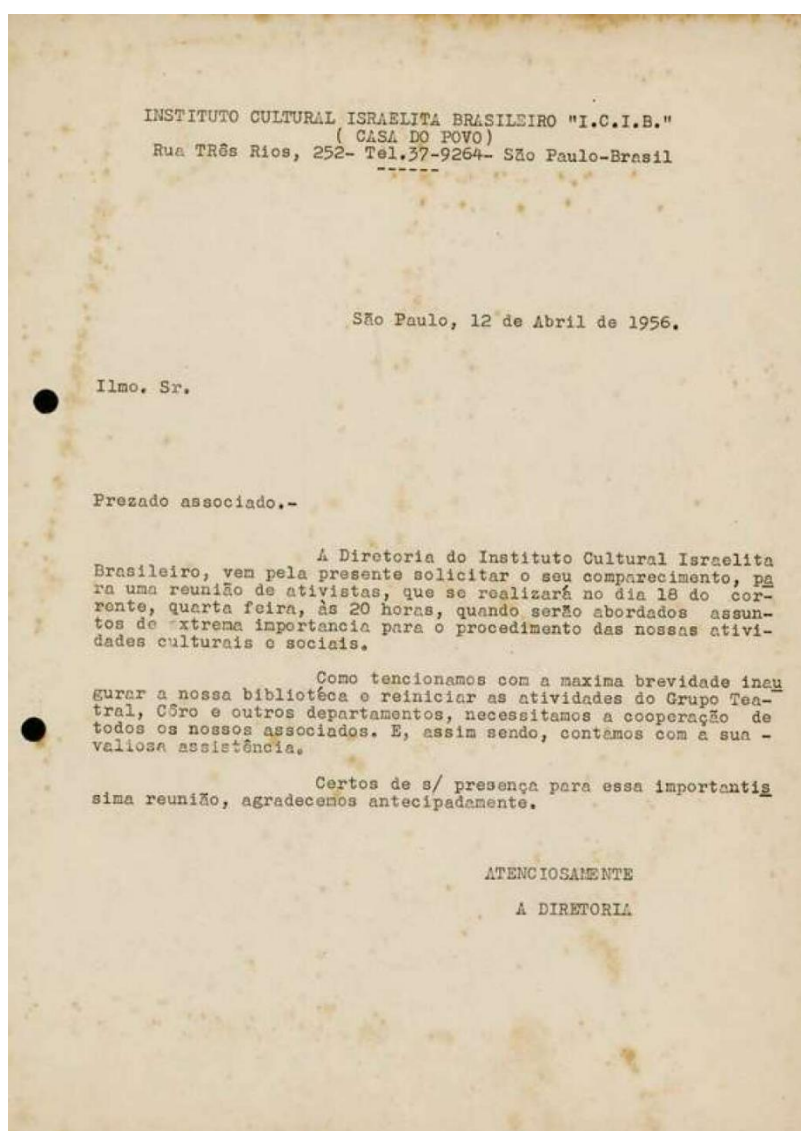
Figura 5 - Convite para o Grande Baile de Inauguração do Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo, realizado no dia 06 de setembro de 1953, com a Orquestra de Sylvio Mazzucca.



Fonte: Casa do Povo (2026)

Além disso, esse movimento mostra a vontade de memória (Nora,1993), pois o desejo de homenagear os sujeitos da Segunda Guerra Mundial, através da criação de um espaço de resistência antifascista e de produção cultural. Assim, esses registros documentam o marco zero de uma longa trajetória e demonstra como a instituição atua desde sempre como um agente mediador.

Figura 6 - Correspondência encaminhada pela diretoria do Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo, direcionada aos associados, solicitando o comparecimento na Reunião de Ativistas, a ser realizada no dia 18 de abril de 1956.



Fonte: Casa do Povo (2026)

A figura 6 (1956), é um documento fundamental, já que revela o funcionamento interno e o registro da instituição acontecendo. Além disso, a Diretoria do ICIB ao convocar os

“ativistas” os difere de um simples associado passivo, pois entende-se que uma pessoa ativista é comprometida com as práticas do espaço. Esse documento revela a natureza política e comunitária da Casa do Povo nos seus primeiros anos, compreende-se que a instituição não era gerida apenas por uma diretoria ou conselho administrativo, mas por um coletivo interessado.

Além disso, nesse registro é possível enxergar a transição da memória individual para uma memória coletiva e social. Já que o compromisso para os associados, reflete o que Jô Gondar fala sobre memória sendo um fazer. A Casa do Povo não se sustenta apenas por sua unidade física, mas por uma constante mobilização dos membros, podemos entender onde se inicia essa gestão comunitária e participativa através de um engajamento político e cultural.

A decisão de inaugurar uma biblioteca mostra o compromisso da instituição de criar uma base para a formação política e cultural dos seus frequentadores, um suporte físico para a continuidade da língua e da história do grupo ídiche. Paralelamente, a retomada do coral e do teatro reforça que a linguagem artística é uma das formas mais eficazes de manutenção para identidades culturais, já que permite que essa memória seja exercitada de forma coletiva e pública. Além disso, particularmente o teatro, registra a importância que o Teatro TAIB teria anos depois, servindo como um espaço onde a comunidade narra suas próprias experiências e disputa os sentidos sobre o passado e o presente

Figura 7 - Convite para o evento de inauguração da exposição de pinturas do artista israeli Samuel Zajdensztadt, realizado dia 6 de junho de 1958, no Instituto Cultural Israelita Brasileiro/Casa do Povo.



Fonte: Casa do Povo (2026)

O convite para a exposição de pinturas do artista Samuel Zajdensztadt, realizada em 6 de junho de 1958, mostra a consolidação da Casa do Povo como um ponto de cultura no Bom Retiro. Essa realização traz uma ação identitária e política, já que ativa os laços com Israel e reforça os laços com a comunidade local trazendo uma novidade artística. O espaço físico da casa deixa de ser um lugar social, para abraçar uma exposição, que carrega uma memória visual e de afirmação de identidade.

Esse registro antecipa uma vontade da Casa do Povo, que se vê até hoje, a de ser um território aberto a diversas experiências artísticas e de intercâmbio cultural, como iremos ver nos projetos contemporâneos listados na documentação do IBRAM - como a "Poperópera Transatlântica. Assim, esse convite prova as diversas relações e ações multidisciplinares que já estavam no cerne da instituição desde sua primeira década.

Figura 8 - Programação do Mês de Abril de 1960 no Instituto Cultural Israelita Brasileiro

Instituto Cultural Israelita Brasileiro
RUA TRÊS RIOS N.º 252 — FONE 37-9264
São Paulo, Abril de 1960

Prezado associado

Temos a grata satisfação de levar ao seu conhecimento o

Programa do Mês de Abril

DIA 10 — DOMINGO — DAS 20 ÀS 24 HS.

«BAILE DA MEIA LUZ»
com Ferri e o seu Conjunto.

DIA 19 — TERÇA-FEIRA — ÀS 20,30 HS.

GRANDE ATO DE COMEMORAÇÃO AO 17.º ANIVERSÁRIO DO

«LEVANTE DO GUETO DE VARSOVIA»
com discursos alusivos ao acontecimento, seguindo-se

PARTE ARTÍSTICA — CÔRO SCHEIFFER
Maestro Ernesto Heninsberg
CORAL FALADO DO I. C. I. B.
Maestro Rafael Golombek
GRUPO TEATRAL DO I. C. I. B.
Direção de Jacob Kurlender.

DIA 29 — SEXTA-FEIRA — ÀS 20,30 HS.

O Instituto Cultural Israelita Brasileiro aderindo ao grande acontecimento nacional que representa a inauguração de Brasília, realizará em sua sede social um grande

ATO COMEMORATIVO sobre

«BRASILIA A CAPITAL DA ESPERANÇA»
Constando de uma palestra ilustrada com filmes especiais sobre a NOVACAP, à cargo de JOÃO BATISTA LEMOS — chefe do Departamento Cinematográfico da TV. 3.

Contando com a sua presença
agradece

A DIRETORIA

Fonte: Casa do Povo (2026)

A programação de abril de 1960 (figura 7), mostra o amadurecimento da instituição, pois apresenta uma divulgação da programação que abarca o lazer comunitário, a memória política traumática e a aproximação dos acontecimentos nacionais.

Como registrado, no dia 19 de abril, o evento "Grande Ato de Comemoração ao 17º Aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia²⁶", "discursos alusivos" e apresentações do "Coral Falado" e do "Grupo Teatral do ICIB", a instituição reafirma sua função de Sítio de Memória e Consciência, pois mantém vivo o repúdio ao fascismo e a homenagem aos heróis da resistência, transformando a memória traumática no presente. Além disso, essa é uma realização que acontece ainda todos os anos na Casa do Povo, evidenciando a persistência dessa pauta na identidade da Casa. Em 2025 ao celebrar o Levante, a Casa do Povo utilizou da data para estabelecer uma conexão entre este acontecimento e as lutas atuais pelos direitos humanos, reforçando seu papel como espaço de sítio de memória, onde o passado é reativado para intervir no presente.

Ainda em sua programação está o “Baile de Meia Luz”, como propõe Teresinha Bernardo (1998), a memória se constrói em espaços de lazer e de encontro, pois humaniza o território e fortalece os laços comunitários. Ao reunir toda essa programação, em um único mês a Casa do Povo se revela como espaço que oferece atividades de lazer, política e cultura.

Figura 9 - Instituto Cultural Israelita Brasileiro convida para inauguração do Teatro de Arte Israelita Brasileiro - TAIB. 1960.



Fonte: Casa do Povo (2026)

²⁶ O Levante do Gueto de Varsóvia (1943) foi uma das principais ações de resistência judaica durante a Segunda Guerra Mundial, quando cerca de 750 combatentes, organizados pela Organização Judaica Combatente, enfrentaram tropas alemãs após deportações em massa para Treblinka, sendo derrotados após quase um mês de conflito.

O convite para a inauguração do Teatro de Arte Israelita Brasileiro (figura 9), marca uma expansão artística da Casa do Povo. Se em 1953 a preocupação era a conquista de um espaço físico para o grupo, esse momento significa a simbolização de um espaço dentro do espaço, onde podemos compreender uma nova noção de narrativas dentro das artes cênicas.

O convite apresenta o chamado tanto em português quanto em iídiche, evidenciando o esforço da instituição em criar vínculos culturais enquanto migrantes. Ao mesmo tempo que o teatro pode ser visto como um suporte material e imaterial da memória, que carrega a tradição do teatro iídiche e dialoga com a cena teatral brasileira, mobilizando heranças culturais da diáspora para o contexto local. O TAIB abrigou diversas peças, de encenações clássicas até montagens com temáticas de resistências políticas no tempo da ditadura, essa análise conecta o reconhecimento da instituição como Ponto de Memória, pois a valoriza como parte da memória social brasileira. Assim, a inauguração do teatro não valoriza apenas a abertura de um ponto cultural, mas um lugar onde a memória é praticada e encenada.

No recorte de Jornal Nossa Voz (figura 10), produzido pelo ICIB, se registra a chegada crítica e social da inauguração do TAIB, colocando o espaço em um lugar não somente para comunidade judaica, mas para a cultura brasileira. Podemos observar que a manchete destaca o teatro como uma "contribuição à cultura teatral brasileira", evidenciando a concretização do diálogo cultural com o território habitado. Na perspectiva da memória coletiva (Pollak, 1989), esse documento funciona como um instrumento que legitima a instituição pois reforça a ideia de que a memória não é construída apenas pelo que acontece dentro de um espaço, mas pela forma como os eventos são narrados e perpetuados em espaços públicos.

Além disso o recorte traz a postura política que a instituição combatia, a manchete "O Militarismo Neo-Nazista Adquire Bases Militares na França", evidencia que a memória preservada nesse espaço é indissociável da postura antifascista e de crítica a regimes autoritários, diretamente ligada a defesa da democracia e dos direitos humanos. No livro "Casa do Povo: Modos de Fazer" (2025, p. 27), é apresentado que durante a ditadura o jornal foi censurado e teve seu fim, mas depois de 50 anos em 2014 é retoma a sua circulação tendo atualmente uma publicação anual - física e digital. Essa continuidade mostra que a instituição mantém seus dispositivos de memória vivos, evidenciando que os ideais de 1953 são constantemente revisitados e mobilizados.

Inclusive, na sua retomada contemporânea o Jornal Nossa Voz, amplia suas narrativas para além, da imigração judaica, abordando também as dinâmicas da migração recente no

bairro, ao registrar essa presença de noivos migrantes como os bolivianos, paraguaios, coreanos e outros grupos que hoje compõem o território, o periódico atualiza sua função histórica de documentação da vida migrante e das transformações urbanas

De acordo com a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, esses espaços têm o dever de transformar a memória em ação social para engajar o público, neste caso a Casa do Povo ao manter essa e diversas ações do passado, mobiliza a memória para que o garantir que o “nunca mais” seja uma prática cotidiana, reforçando o seu lugar dentro dessas redes de sítio de memória e consciência. O jornal funciona mais do que como um veículo de informação, ele traduz uma voz coletiva de representatividade e expressões da comunidade atual, ajudando e se tornando um ponto de apoio onde a memória se cristaliza.

Figura 10 - Clipping do Jornal "Nossa Voz" produzido pelo Instituto Brasileiro Israelita. 1960.



Fonte: Casa do Povo (2026)

Figura 11 - Instituto Cultural Israelita Brasileiro apresenta o concerto do seu Corô Scheiffer. 1965.



Fonte: Casa do Povo (2026)

O programa do concerto do Côro Scheiffer (figura 11), encerra essa análise documental de sua primeira década de existência. Esse evento uniu no TAIB vozes que cantavam múltiplos idiomas como português, iídiche, hebraico francês, inglês e espanhol, registrando a Casa do Povo um território múltiplo de identidade plural.

Essa prática do coral segue viva até hoje, principalmente com as línguas que habitam ou habitaram o Bom Retiro, o Encontro de Corais, é uma atividade produzida pela Casa do Povo que mostra sua longevidade de práticas culturais, atuando como um lugar de memória vivo. O coral está em sua 12ª edição e é um dos mais tradicionais eventos promovidos pela instituição, sua realização conta com a presença dos corais de comunidades coreana, judaica e armênia. Neste cenário, Pierre Nora, enfatiza a intencionalidade de preservar memórias, o encontro estabelece uma tradição que “cristaliza” a memória de um novo coletivo, o de

diferentes culturas que se encontram no mesmo território. Para além disso, ela não só preserva memórias relacionadas a cada cultura, mas também cria um lugar de encontro em cima de uma tradição imaterial que por sua vez ajuda na manutenção da identidade cultural, que é o canto.

Os documentos analisados até aqui mostram que a Casa do Povo se estabeleceu como um espaço de resistência e cultura. No salto que iremos dar para contemporaneidade, compreende-se, como visto no capítulo anterior, que a instituição se renovou de diversas formas por diversos períodos de dificuldade que enfrentou. A partir de agora, a análise se debruça sobre esses indicadores contemporâneos, investigando como a gestão atual reatualiza seu legado histórico para responder as demandas urgentes do presente.

Figura 12 - Trabalho submetido ao edital Pontos de Memória do IBRAM em 2023.

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

Nesse campo deve ser apresentado o histórico de atuação da entidade ou coletivo cultural, nos últimos 3 (três) anos, de modo a comprovar o desenvolvimento de programas, projetos e ações relacionadas à cultura, educação, museologia social e/ou desenvolvimento comunitário.

A Casa do Povo é um centro cultural que revisita e reinventa as noções de cultura, comunidade e memória. Habitada por uma dezena de grupos, movimentos e coletivos, a Casa do Povo atua no campo expandido da cultura com uma programação transdisciplinar, processual e engajada, que entende a arte como ferramenta crítica dentro de um processo de transformação social.

Fundada em 1946 como uma associação cultural sem fins lucrativos, a Casa do Povo foi erguida logo após a Segunda Guerra Mundial por um esforço coletivo de uma parcela da comunidade judaica progressista que veio, na sua maioria, do Leste Europeu. A criação do espaço nasceu de um desejo duplo: homenagear aqueles que morreram nos campos de concentração nazistas e reunir as mais variadas associações que surgiram na luta internacional contra o fascismo.

Juntando esses anseios, o edifício da Casa do Povo foi aberto em 1953 como um monumento vivo, um lugar onde lembrar é agir. Em 1960, abriu em seu subsolo o teatro TAIB, um dos mais importantes palcos da cidade de São Paulo. Cabe a cada geração reinventar e atualizar essa herança, adaptando a Casa do Povo ao tempo presente.

Segue resumo das atividades nos últimos anos:

2023 (em curso)

- Eruv, evento multidisciplinar comemorativo do aniversário da Casa do Povo aberto ao bairro e ocupando o espaço público com cerca de 40 atividades simultâneas e gratuitas no prédio, no asfalto e na calçada com exposição, produção de obras impressas, refeição coletiva, performance, apresentações, visitas guiadas ao prédio e ao bairro, palestras, rodas de conversa, lançamento de publicações, etc.;
- “Poperópera transatlântica”, espetáculo teatral inédito concebido pelo grupo MEXA e co-produzido pela Casa do Povo e pelo Transform Festival de Leeds (EN);
- “80º aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia”, programação pública composta por seis eventos públicos, incluindo fala de Deborah Danowski, ato solene na assembleia dos vereadores e lançamento de livro. Reuniu 25 organizações em 6 países diferentes e é resultado de uma parceria entre Casa do Povo, ICUF, Observatório Judaico, Núcleo de Preservação da Memória Política de SP e n-1 edições;
- “Seminário de Direito à Memória: o fazer coletivo” reunindo 32 instituições de 10 estados brasileiros o Seminário debateu sobre as necessidades da organização de uma Rede Brasileira de Lugares de Memória e a criação de uma Lei de Justiça de Transição.
- “Nhandei-vae-reko”, ciclo formativo feito por indígenas para não-indígenas através de aliança entre Aldeia Kalipety, Cento de Trabalho Indigenista e Casa do Povo; composto por dois ciclos de 8 encontros cada;
- “LESTE”, segunda temporada do espetáculo imersivo inspirado no musical Ídiche Um Sonho de Goldfaden de Jakub Rotbaum (1948). Direção de Martha Kiss Perrone e realização da Casa do Povo com apoio de emenda parlamentar;
- “Residência para coletivos”, chamada aberta que acontece desde 2015 com o objetivo de apoiar iniciativas coletivas e experimentais;
- “O Bom Retiro é o Mundo”, podcast original produzido pelo homônimo coletivo de residentes do bairro, a Yarrow Global (DE) e a Casa do Povo.

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2025)

Figura 13 - Trabalho submetido ao edital Pontos de Memória do IBRAM em 2023.

2022

- "Parábola do Progresso", exposição de artes visuais curada por Lisette Lagnado no Sesc Pompeia, com participação da Casa do Povo como território convidado;
- "Olhar Pikler", seminário internacional sobre a pedagogia desenvolvido por Emmi Pikler. Idealizado pela artista Graziela Kunsch em parceria com a Documenta de Kassel, a Casa do Povo e o Instituto Pikler, com apoio do Goethe-Institut São Paulo;
- "ERUV", festa de bairro em comemoração aos 69 anos da Casa do Povo. Programação diversa e gratuita que reuniu atividades de iniciativas do território com apoio da Secretaria de Cultura de São Paulo via emenda parlamentar;
- Jornal "Nossa Voz n.1022", publicação anual da Casa do Povo;
- "79º aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia", evento público com presença de Lúcia Xavier e apresentação do Coral Tradição;
- "Ool | CASA-ESCOLA", segundo ciclo do projeto pedagógico da Casa do Povo com a coordenação da artista Luiza Crosman. Projeto selecionado e apoiado pelo Ffai – Foundation for Arts Initiatives.

2021

- "11º Prêmio Governador do Estado de São Paulo" na categoria de Museus, instituições e centros culturais;
- "Arquivo em movimento", série de melhorias e ações realizadas nos acervos da Casa do Povo com apoio do ProAC Modernização de Acervos de Museus e Arquivos do Estado de São Paulo e do Creative Industries Fund NL;
- "OPY", projeto realizado em parceria com a Pinacoteca do Estado de São Paulo e a Terra Indígena Tenondê Porã. Série de ações que discutem a relação das artes visuais com a produção cultural indígena. Contemplado pelo Prêmio Sotheby's 2019;
- "LESTE", espetáculo imersivo inspirado no musical ídiche Um Sonho de Goldfadn de Jakub Rotbaum (1948). Direção de Martha Kiss Perrone e realização da Casa do Povo;
- "Ool | CASA-ESCOLA", projeto pedagógico da Casa do Povo com a coordenação da artista Luiza Crosman. Projeto selecionado e apoiado pelo Ffai – Foundation for Arts Initiatives -
- "Coopera Bom Retiro: Memória Viva", série de ações e conversas sobre as diversas ondas migratórias que formam o bairro do Bom Retiro. Projeto contemplado pela rede Sites of Conscience.
- "Noa Eshkol: corpo coletivo", exposição da coreógrafa israelense Noa Eshkol realizada em parceria com a 34ª Bienal de São Paulo;
- "Rotten TV", projeto audiovisual de Daniel Lie, realizado em colaboração com Jupiter Artland (Escócia), Cemeti Institute for Arts and Society (Indonésia). Contemplado pelo British Council;
- "78º aniversário do Levante do Gueto de Varsóvia", podcast em 8 episódios;
- Jornal "Nossa Voz n.1021", publicação anual da Casa do Povo;
- Fundo Colaborativo, organização de uma rede de solidariedade entre 7 espaços de arte de 5 Estados diferentes e artistas brasileiros em situação de vulnerabilidade para oferecer bolsas de pesquisa;

2020

- "Arquivo Vivo", evento de inauguração e reabertura da biblioteca da Casa do Povo; - "Voz ativa: Biblioteca social", exposição da artista Mariana Lanari;
- "Encontro de Corais", evento online com a participação de corais da cidade de São Paulo;
- "Suor da ficção", performance online de Grupo Mexa para o aniversário de 67 anos da Casa do Povo;
- "Programação suspensa no ar", ação nos canais digitais da Casa do Povo durante a pandemia;

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2025)

Figura 14 - Trabalho submetido ao edital Pontos de Memória do IBRAM em 2023.

- Residência para coletivos com Coletivo com Legítima Defesa;
- "Faça você mesmo: território liberdade", remontagem da obra de Antônio Dias (1968) pela comunidade do Bom Retiro na Casa do Povo.

2019

- "SP Terra indígena", oficinas de produção de cartazes e lambes com artistas contemporâneos indígenas como Denilson Baniwa, Jaider Esbell, Salissa Rosa e Gustavo Caboco e organização do Coletivo Ocupeacidade com Paula Beber;
- "Quando Quebra Queima", temporada da peça da Coletiva Ocupação com direção de Martha Kiss Perrone; - Partir com beleza, temporada da peça de Mohamed El Khatib na Mostra Internacional de Teatro de São Paulo (MIT-SP)
- "Cidade", exposição do artista Mark Lewis com o apoio de British Council, CSN e Canada Art Council for the Arts;
- "Cozinha aberta: por que fazer arte se falta comida?", ação pública da Universidad Desconocida com os artistas Jonas Van e Valentina D'Avenia;

IMPORTANTE: O histórico de atuação deve ser acompanhado de relatos produzidos pelo próprio coletivo ou entidade cultural, fotos, links para vídeos, notícias de jornal, panfletos, flyers, cartazes e outras peças de registro e divulgação que comprovem a realização das atividades apresentadas.

Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (2025)

A partir do documento de certificação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), contabilizam-se 37 atividades desenvolvidas pela Casa do Povo, cuja distribuição revela uma instituição que articula práticas de gestão de acervo, produção cultural e militância social. A diversidade dessas ações sugere um modelo institucional que ultrapassa a concepção tradicional de museu centrado na coleção e na exposição, se aproximando de uma atuação ampliada que incorpora dimensões políticas, pedagógicas e territoriais.

Para organizar esse volume de dados, foram construídas categorias ficcionais, generalistas e operacionais, que funcionam como ferramentas analíticas para compreender a complexidade das práticas institucionais. Sendo elas: Memória e Direitos Humanos: preserva experiências históricas e promove reflexão crítica - Artes Cênicas e Performance: aproxima o público de narrativas complexas por meio da expressão artística - Território e Relações Étnico-Raciais: valoriza diversidade, migração e território - Museologia, Acervo e Literatura: organiza e interpreta acervos, fortalecendo memória e identidade cultural Formação e Pedagogia:

capacita para práticas educativas críticas e criativas - Redes de Solidariedade e Intercâmbio: promove cooperação e compartilhamento de experiências.

Tabela 1 - Categorias analíticas das atividades certificadas pelo IBRAM

CATEGORIA	Nº DE AÇÕES	EXEMPLOS DE INICIATIVAS
Memória e Direitos Humanos	8	Levante do Gueto, Seminário Direito à Memória, Sites of Conscience
Artes Cênicas e Performance	9	Poperópera Transatlântica, LESTE, Grupo Mexa
Território e Relações Étnico-Raciais	7	Nhandei-vae-reko, OPY, podcasts do Bom Retiro
Museologia, Acervo e Literatura	6	Arquivo em Movimento, Biblioteca, Jornal Nossa Voz
Formação e Pedagogia	5	CASA-ESCOLA, Olhar Pikler, Residências
Redes de Solidariedade e Intercâmbio	5	Fundo Colaborativo, British Council, Goethe-Institut

Fonte: Elaborada própria a partir dos dados do IBRAM. 2023.

Entre essas categorias, o eixo Memória e Direitos Humanos, composto por 8 ações principais, evidencia a centralidade das disputas em torno da memória pública e dos debates sobre justiça, violência histórica e reparação simbólica. Iniciativas como os Aniversários do Levante do Gueto de Varsóvia, o Seminário de Direito à Memória e os projetos vinculados à rede International Coalition of Sites of Conscience indicam que a Casa do Povo atua como um espaço de elaboração pública de passados traumáticos. Essa atuação aproxima a instituição de experiências associadas aos Sítios de Memória e Consciência, nos quais o museu ou memorial se configura como ator político na construção de narrativas críticas sobre o passado e na promoção de valores democráticos.

O eixo Artes Cênicas e Performance, com 9 ações principais, reforça a centralidade das práticas artísticas como dispositivos de produção de memória e reflexão social. Projetos como a *Poperópera Transatlântica*, o espetáculo *LESTE*, as ações do Grupo Mexa e peças como *Quando Quebra Queima* indicam o uso do palco como espaço de experimentação artística e política. A presença recorrente da performance como linguagem institucional sugere um entendimento ampliado de musealização na qual o corpo, a oralidade e a cena constituem formas de arquivo e transmissão de memória, em diálogo com abordagens da performance como prática de memória viva.

As ações reunidas na categoria Território e Relações Étnico-Raciais, com 7 iniciativas principais, evidenciam a inserção da Casa do Povo no bairro do Bom Retiro e sua articulação com populações indígenas e migrantes. Iniciativas como o Ciclo Nhandei-vae-reko, OPY, SP

Terra Indígena e os podcasts sobre o bairro apontam para uma compreensão de territorialidade da memória, na qual o museu se expande para além de seus limites físicos e passa a operar como plataforma de articulação comunitária. Essa dimensão territorial aproxima a instituição de experiências de sítios de memória que atuam como mediadores entre diferentes grupos sociais e suas narrativas, tensionando hierarquias de saber e representatividade.

No eixo Museologia, Acervo e Literatura, com 6 ações principais, observam-se práticas voltadas à organização física e do conhecimento, como o Arquivo em Movimento, a modernização via ProAC, a reabertura da biblioteca (Arquivo Vivo) e as edições do Jornal *Nossa Voz*. Tais iniciativas indicam processos de musealização que combinam documentação, produção editorial e ativação pública do acervo, sugerindo uma concepção dinâmica de patrimônio e arquivo. Essa perspectiva dialoga com abordagens críticas da museologia que compreendem o acervo não apenas como objeto de preservação, mas como dispositivo de produção de conhecimento, debate público e engajamento social.

As ações agrupadas em Formação e Pedagogia, com 5 projetos principais, reforçam a dimensão educativa da Casa do Povo, articulando ensino, pesquisa coletiva e experimentação pedagógica. Programas como Ool | CASA-ESCOLA, o Seminário Olhar Pikler e as residências para coletivos evidenciam a instituição como espaço de formação continuada e produção de saberes. Essa dimensão pedagógica é central em sítios de memória e consciência, nos quais a educação é compreendida como estratégia fundamental para a transmissão crítica do passado e para a construção de cidadania e direitos.

Por fim, o eixo Redes de Solidariedade e Intercâmbio, com 5 ações principais, evidencia a articulação da Casa do Povo com redes locais e internacionais, incluindo iniciativas de apoio mútuo durante a pandemia, como o Fundo Colaborativo, e parcerias com instituições como British Council, Goethe-Institut e organizações da Escócia e Indonésia. Essas ações reforçam o caráter transnacional da instituição e sua inserção em circuitos globais de cultura, memória e ativismo. Em diálogo com os Sítios de Memória e Consciência, essas redes podem ser interpretadas como mecanismos de circulação de práticas, discursos e metodologias críticas sobre memória, direitos humanos e justiça social.

De modo geral, a análise das categorias evidencia que a Casa do Povo opera como uma instituição híbrida, situada entre museu, centro cultural, arquivo vivo, escola e plataforma de ativismo social. Suas práticas articulam memória, território, pedagogia e redes de solidariedade, aproximando-se de princípios e metodologias associados ao campo dos Sítios de Memória e Consciência, ainda que não se enquadre plenamente nas tipologias museológicas tradicionais.

Essa configuração híbrida sugere a necessidade de compreender a Casa do Povo a partir de abordagens ampliadas da museologia, que considerem o museu como espaço de disputa política, produção de conhecimento e ação social.

Após a análise dos documentos primários vinculados ao processo de certificação junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), esta pesquisa avança para a observação de ações realizadas após o ano de 2023, com recorte na comunidade migrante. A incorporação dessas iniciativas posteriores busca complementar o trabalho, permitindo observar continuidades e possíveis reconfigurações nas práticas da Casa do Povo ao longo do tempo. Ao concluir a análise dessas atividades, será possível consolidar uma interpretação sobre o modo como a Casa do Povo articula memória, território e redes de solidariedade.

Dentro de suas ações previstas e realizadas no ano de 2024 estava a realização de uma chamada pública, intitulada “Qual a sua ideia para melhorar o Bom Retiro?” que buscava ouvir os moradores e coletivos do bairro, a fim de selecionar propostas de melhorias ou atividades culturais, que seriam viabilizadas com um valor em dinheiro através de uma classificação em um edital, a escolha é feita através de um júri formado por representantes da Casa do Povo, grupos comunitários e parceiros locais. As propostas seriam realizadas até maio de 2025.

A realização do edital não se destaca apenas no compromisso com o território, mas pelos resultados concretos que revelam o compromisso da instituição com as narrativas marginalizadas. Das seis propostas selecionadas a partir do edital, três estavam ligadas a memória migrante, fazendo com que a Casa do Povo se solidifique como um lugar que não somente fale de inclusão, mas de fato abre espaços para comunidade e vocalize a voz de grupos historicamente silenciados da narrativa oficial.

Dentro dos projetos selecionados está o “De regreso: abuelos y nietos del Bom Retiro”. Essa ação, com tema “Memórias bolivianas do Bom Retiro” preserva a herança cultura, através da história oral para registrando a memória, histórias e o presente, dos avôs e avós da comunidade boliviana, que habitam o bairro do Bom Retiro. Através do projeto foi realizado um curta-metragem documental que reuniu entrevistas e imagens dessa comunidade, que tem sua migração marcada no final do século XX, a trilha sonora será baseada na música andina.

Figura 15 - Trabalhos selecionados no edital "Qual sua ideia para melhorar o Bom Retiro?"



Fonte: Casa do Povo (2025)

Podemos destacar a história oral como uma ferramenta muito importante para dar voz ao que Michael Pollak (1989), denomina de memórias subterrâneas, que é a lembrança dos grupos sociais marginalizados, que não possuem o poder da narrativa oficial. Nesse contexto, as comunidades migrantes podem fazer parte dessa memória, pois muitas vezes suas experiências, culturas e trajetórias permanecem silenciadas ou pouco registradas nos arquivos tradicionais ou acervos.

No âmbito da Casa do Povo, existem dois programas de história oral. O primeiro integra seu acervo institucional e documental, onde busca coletar depoimentos sobre a trajetória da instituição nas diversas fases que passou e compreender, de forma pessoal e coletiva, como indivíduos experienciaram a trajetória na casa do povo.

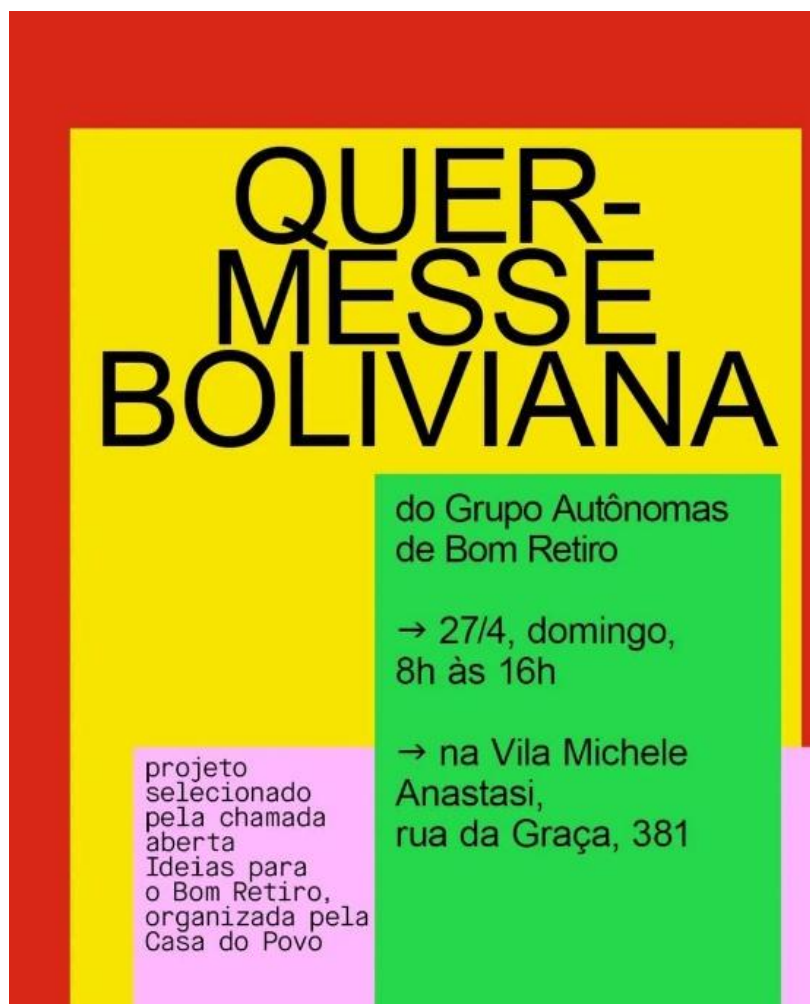
Figura 16 - Hugueta Sendacz em entrevista para o projeto História Oral.



Fonte: Casa do povo (2024)

Já o segundo projeto selecionado no “Qual a sua ideia para melhorar o Bom retiro?” intitulado "Quermesse boliviana na Vila Anastácia", foi proposto pelo Grupo Autônomas do Bom Retiro, composto majoritariamente por mulheres bolivianas, e voltado para um acolhimento/rede de apoio a migrantes recém-chegadas e mães solas. O projeto não se restringe a cultura, pois busca através do evento, arrecadar recursos para a criação de um fundo solidário, destinado a ajudar pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade. Com a venda de comida típica, celebra uma cultural imaterial da culinária e fortalece a comunidade. Essa prática evidencia que o direito à memória está profundamente ligado ao direito de existência digna, transformando a celebração cultural em um ato de resistência e afirmação política no território. Além disso, após usar a culinária como forma de arrecadar recursos demonstra a importância dessa imaterialidade que não se restringe a um acervo, mas a amplitude do que é um ser migrante.

Figura 17 - Trabalhos selecionados no edital "Qual sua ideia para melhorar o Bom Retiro?"



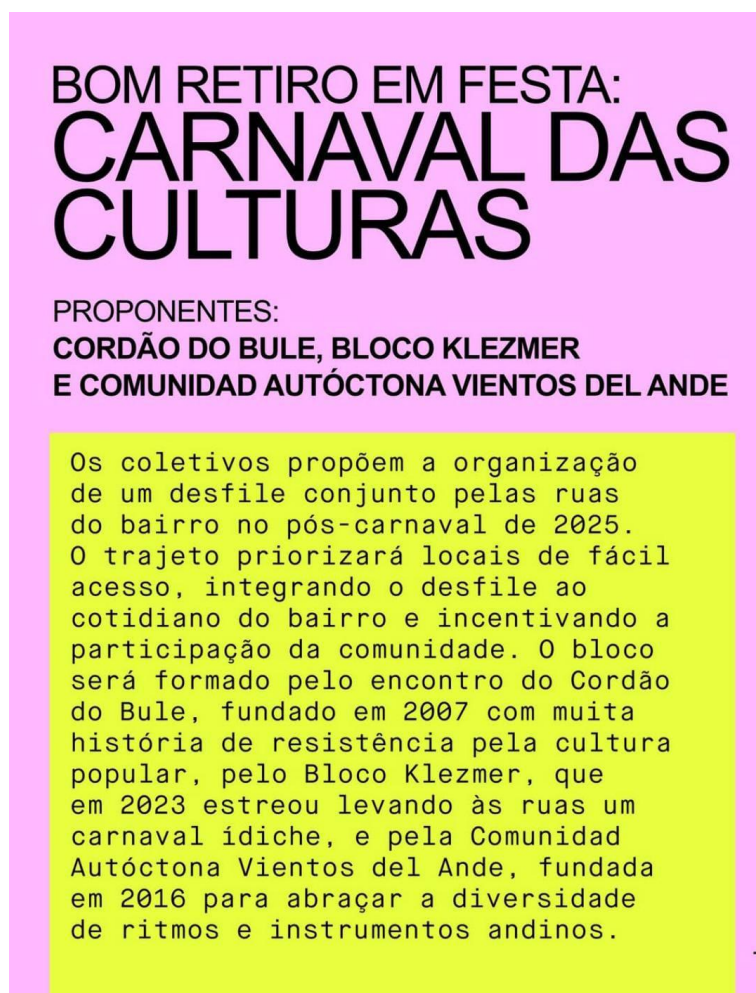
Fonte: Casa do Povo (2025)

O terceiro projeto selecionado foi o "Bom Retiro em Festa: Carnaval das Culturas", ele evidencia a Casa do Povo como um espaço de memória coletiva intercultural. O desfile reuniu diferentes expressões culturais e migrantes., contando com a participação do; Cordão do Bule, cultura popular brasileira; Bloco Klezmer, cultura iídiche; e a Comunidad Autóctona Vientos del Ande, a cultura andina. O Bom Retiro foi transformado em um palco de diversidade através da valorização do carnaval.

Essa ação demonstra que instituições culturais não se limitam as suas estruturas físicas, mas podem se manifestar nas ruas e nas comunidades, tornando o território um espaço de memória migrante, onde cada grupo se reconhece em seus blocos. Aproxima-se, portanto, da discussão de Michael Pollak (1989) sobre a função dos lugares de memória na manutenção da identidade de grupos minoritários. Ao transformar o asfalto em palco para a cultura iídiche e andina, a instituição combate a 'invisibilidade' do migrante discutida por Sayad, oferecendo um

suporte físico e simbólico para que essas identidades se manifestem. O território torna-se, assim, um espaço de resistência onde o direito à memória deixa de ser uma concessão institucional e passa a ser uma conquista coletiva

Figura 18 - Trabalhos selecionados no edital "Qual sua ideia para melhorar o Bom Retiro?"



Fonte: Casa do Povo (2025)

A partir da discussão da memória migrante, como aprofundada por Abdelmalek Sayad, compreende-se a dificuldade do migrante em manter sua cultura, língua e tradições frente ao deslocamento geográfico, o que pode resultar em um sentimento de não pertencimento. Nesse contexto a Casa do Povo age como espaço fundamental, pois não se limita a acolher eventos, mas atua para fortalecer a memória de forma dupla e complementar.

Figura 19 - Chamada para Bloco Klezmer e Carnaval Boliviano



Fonte: Casa do Povo (2025)

Além dos carnaval das culturas, houve um desfile destinado a cada bloco em particular. Oferecendo um espaço para que cada grupo migrante tenha seu momento de afirmação de identidade. A apresentação solo do Bloco Klesmer e do grupo folclórico boliviano, por exemplo, não são apenas eventos culturais. Elas são ações de ativação da memória que permitem a cada comunidade vivenciar sua herança de forma individual e reafirmar sua identidade, para que não haja risco de perda cultural associada aos grupos migrantes. Além disso, a Casa do Povo promove uma aproximação que não ocorre por meio de uma cultura em comum, mas pela experiência coletiva de ser migrante e buscar por pertencimento em um novo território. Assim a instituição não só preserva a memória de um coletivo mas constrói uma narrativa transmigratória.

Para finalizar, outro projeto realizado pela Casa do Povo que seguiu com os mesmos princípios do que acabamos de discutir, é o “Memória Viva”. Essa oficina, cujo título dialoga diretamente com todos os conceitos centrais deste trabalho, reuniu as comunidades judaicas, bolivianas e coreanas, para compartilhar as ferramentas coletivas que foram usadas no processo de migração. Entre os temas discutidos foram abordados “Imigração coreana para São Paulo e o setor da confecção” e a “Cooperativa de Crédito Popular do Bom Retiro”.

As ações investigadas seguiram o mesmo padrão analítico da tabela 1, sendo organizadas por categorias analíticas, de caráter interpretativo e generalista, essa estrutura serve de suporte para a análise posterior das duas tabelas de atividades.

Tabela 2 – Distribuição das ações analisadas por categorias analítica

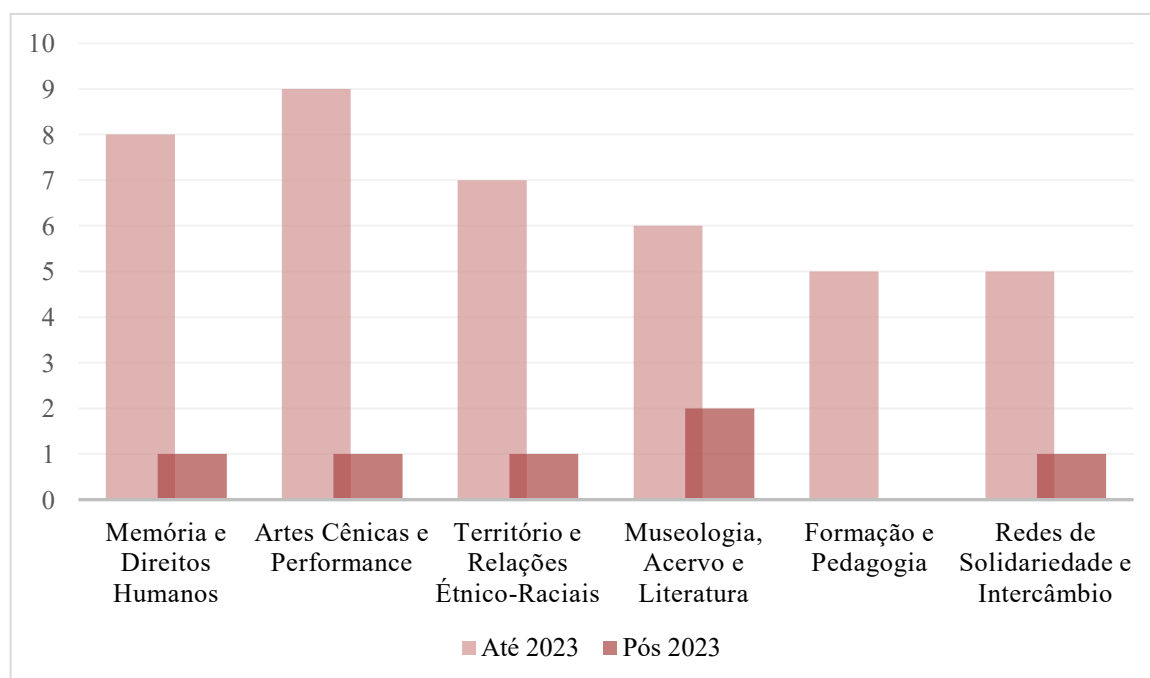
CATEGORIA	Nº DE AÇÕES	EXEMPLOS DE INICIATIVAS
Memória e Direitos Humanos	1	Oficina “Memória Viva”
Artes Cênicas e Performance	1	“Bom Retiro em Festa: Carnaval das Culturas”
Território e Relações Étnico-Raciais	1	Chamada pública “Qual a sua ideia para melhorar o Bom Retiro?”
Museologia, Acervo e Literatura	2	Projeto “De regreso: abuelos y nietos del Bom Retiro”; Programas de História Oral institucional
Formação e Pedagogia	0	Oficina “Memória Viva”
Redes de Solidariedade e Intercâmbio	1	Projeto “Quermesse boliviana na Vila Anastácia”

Fonte: Elaborada própria a partir dos dados analisados.

As iniciativas festivas e performativas, como o “Bom Retiro em Festa: Carnaval das Culturas”, foram classificadas no eixo Artes Cênicas e Performance, compreendidas como dispositivos estéticos de visibilização identitária. A chamada pública “Qual a sua ideia para melhorar o Bom Retiro?” foi associada ao eixo Território e Relações Étnico-Raciais, ao evidenciar processos participativos de escuta e intervenção territorial. As práticas de história oral e produção audiovisual também foram relacionadas ao eixo Museologia, Acervo e Literatura, por contribuírem para a constituição de acervos documentais e narrativos. Enquanto a “Quermesse boliviana na Vila Anastácia” foi vinculada a Redes de Solidariedade e Intercâmbio, por articularem apoio mútuo, economia solidária e parcerias comunitárias. Essa categorização evidencia o caráter múltiplo e socialmente engajado das práticas da Casa do Povo, se aproximando do modelo de sítios de memória e consciência.

Essa estrutura multidisciplinar, que é o engajamento social da Casa do Povo, fica ainda mais clara quando comparada à evolução cronológica e temática das ações. O gráfico a seguir mostra a passagem das ações até 2023 para o recorte analítico posterior, que tem o recorte da migração.

Gráfico 1 - Comparativo de ações por categoria analítica.



Fonte: Elaboração própria.

Com a leitura do gráfico e das tabelas, é possível aprofundar o entendimento das operações práticas da Casa do Povo. Primeiramente, ao comparar os dados das duas tabelas, é possível notar que a categoria Memória e Direitos Humanos apresenta um número baixo a primeira vista. No entanto, compreende-se que a categoria é simples demais para mensurar uma questão tão vasta dentro da Casa do Povo. Isso ocorre porque a pauta dos direitos humanos e da memória não se limita a ações isoladas, mas constitui o próprio cerne do cotidiano institucional, essa característica abrange o sentido dos sites de memória e consciência funcionando como um eixo que atravessa e abraça todas as demais categorias de forma ampla.

Em Território e Relações Étnico-Raciais, focado principalmente na migração, a análise exige uma profundidade maior, pois as ações selecionadas no período pós 2023 acabam se desdobrando por todas as categorias estabelecidas. Isso ocorre porque o contexto migrante não está sendo trabalhado somente de forma isolada, mas abordando diversas facetas: na cultura, solidariedade, memória e no território. Assim, o que levantamos registra não apenas eventos pontuais da Casa do Povo mas uma mobilização com as questões migrantes.

Essas funções atravessam diversas categorias, não apenas isola o migrante em um momento, mas permite que as experiências transmigratórias tenham em sua programação cultural e social mobilizada. Ações como *Qual Bom Retiro é o Seu?* e a Chamada pública “Qual a sua

ideia para melhorar o Bom Retiro?”, compreende-se a profundidade para se entender as mudanças no bairro, que são atravessadas por essas relações de diversidade cultural.

No eixo de Artes Cênicas e Performance, a análise ganha um destaque simbólico fundamental ao observarmos o atual momento do Teatro TAIB²⁷. Atualmente, o espaço passa por um processo de reforma, mas sua reativação simbólica já vem ocorrendo por meio de projetos que resgatam o passado para ressignificar o presente. Um exemplo central nesse processo foi a montagem da peça *Leste Europeu*²⁸.

Ao ocupar o palco do TAIB, essa produção não foi apenas um evento artístico, foi um dispositivo de ativação da memória coletiva. Esse movimento de retorno das histórias do passado, adaptando e modificando para o contexto atual, está intrinsecamente ligado ao conceito de Sítios de Memória. O teatro deixa de ser apenas uma ruína em reforma e passa a ser um espaço vivo onde o trauma e a identidade migrante são reelaborados, provando que a performance é uma ferramenta de resistência que mantém a memória em constante movimento.

É preciso destacar que o volume expressivo em “Museologia Acervo e Literatura” no recorte pós 2023, reflete um movimento institucional de trabalhar com documentação e narrativas, como apontado por Pollak (1989), diz respeito a história herdada. Trabalhos como *De regresso* e o programa de história oral mostra a revisitação do passado, a preocupação de deixar viva a memória e narrativa daqueles que cruzam a Casa do Povo, assim como o *Levante do Gueto de Varsóvia*, comemoração que existe desde a primeira década da história da casa.

Além disso, embora nem todos os registros estejam abertos ao público em plataformas digitais ou físicas, em contato direto com a instituição via troca de e-mails, foi informado que a Casa do Povo mantém nas suas práticas sistema de documentação. São gerados registros fotográficos de todas as ações promovidas pela instituição, assim como, quando ocorre palestras e debates, há registro das falas. Essa ação reforça um trabalho de efemeridade e de preservação, transformando esses registros em acervo.

Outro ponto relevante é o dado de “Formação e Pedagogia”, embora de forma contemporânea apareça sem ações registradas de forma isolada. Entende-se que não necessariamente indica ausência de ações educativas na instituição, mas possivelmente uma mudança na aplicação dessa categoria. Já que, a Casa do Povo é pautada em autonomia e troca

²⁷ O projeto "TAIB Presente" consiste em uma série de ações, pesquisas e intervenções que documentam a reforma do teatro e promovem o diálogo sobre o seu papel histórico no Bom Retiro. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/taib-presente/>.

²⁸ Para mais informações sobre a montagem, a ficha técnica e a proposta curatorial da peça, consulte o site oficial da instituição. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/leste-2023/>.

de saberes durante todas as suas ações, esse fazer e saber coletivo, ocorre de forma transversal em todos os trabalhos realizados.

No eixo das Redes de Soliedariedade e Intercâmbio, a análise revela que a Casa do Povo articula diversas parcerias para viabilizar ações e atuações. Projetos como o Fundo Colaborativo e a Quermesse Boliviana na Vila Anastácia, exemplificam essa dinâmica, são ações que nascem da escuta da necessidade de comunidades migrantes e se concretizam com um intercambio de saberes. Ao apoiar trabalhos e redes sociais, a Casa do Povo atua como um mediador entre a vontade de fazer e as ferramentas para realizar, ocasionando um rompimento de padrões hierarquicos entre instituição e público. Assim, o intercâmbio com instituições como o British Council e o Goethe-Institut não é apenas uma busca por fomento, mas uma forma de validar e dar escala internacional às práticas de direitos humanos que já acontecem no cotidiano do bairro.

Para além disso, compreender a dimensão da Casa do Povo, é preciso situar que ela corresponde a um movimento que ultrapassa as fronteiras do Bom Retiro. A instituição faz parte de grandes redes internacionais de Sítios de Memória e Consciência, como a Coalizão Internacional de Sítios de Consciência e Rede Latino-Americana e do Caribe de Sítios de Memória, reconhecendo que a luta pela memória faz parte de um movimento muito maior de justiça, reparação e construção de consciência coletiva em todo o mundo.

Essa atuação se aproxima dos conceitos de memória migrante ao propor um ambiente de trocas de saberes que fortalece a comunidade. Ao pautar aspectos da vida cotidiana no Bom Retiro, especialmente as relações de trabalho, a instituição visibiliza uma marca de identidade que não reside em monumentos ou museus estáticos, mas na experiência vivida e na relação afetiva com o território. Essa perspectiva dialoga com o pensamento de Michael Pollak, especificamente no que tange à história herdada transmitida entre gerações. Revisitar essas memórias é fundamental, embora os descendentes das primeiras levadas migratórias não vivenciem as mesmas situações, compreender o processo de construção dessa identidade é essencial para a continuidade das narrativas e da memória coletiva.

Ações como o “Encontro de Corais”, as oficinas sobre o trabalho migrante e o diálogo promovido pelo jornal “Nossa Voz” comprovam que a instituição opera de forma ativa na coesão social, valorizando o patrimônio imaterial e a escuta. Tais iniciativas demonstram o protagonismo da memória na construção da própria história, a Casa do Povo não se resume a um arquivo ou acervo passivo, mas transcende os limites do museu tradicional, atuando como um lugar de memória vivo e agente fortalecedor dos laços comunitários.

Após a análise dessas práticas, percebe-se que a instituição, ao tratar seu arquivo sob a perspectiva de memória em constante movimento, une história migrante, participação comunitária e saberes imateriais. A relevância da Casa do Povo reside, justamente em oferecer uma prova concreta de superação dos modelos museológicos rígidos. Enquanto muitas instituições tradicionais enfrentam dificuldades em assumir esse papel mediador, a Casa do Povo apresenta resultados reais ao pensar a ativação da memória e da identidade cultural, servindo de exemplos para práticas culturais contemporâneas.

Uma das formas de reconhecimento dessa trajetória é consolidada pela titulação de Ponto de Memória, concedida pelo IBRAM. Mais do que uma certificação, este título é a materialização do reconhecimento de que a memória produzida pela base, pela própria comunidade, possui valor patrimonial. Ao firmar-se como um Sítio de Memória e Consciência, integrada a redes como a ICSC, RESLAC e REBRALUM, a instituição utiliza a lembrança do passado como uma ferramenta política para a garantia dos Direitos Humanos no presente. Essa abordagem destaca-se por sua sensibilidade e subjetividade, tratando a trajetória migrante não como um dado estatístico, mas como um direito fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa dedicou-se investigar a Casa do Povo como um Sítio de Memória e Consciência no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. O recorte buscou analisar como as práticas culturais desenvolvidas pela instituição, baseada em fundamentos como protagonismo migrante e participação comunitária, mobilizam as práticas da memória como um direito humano fundamental. Assim, o estudo deste trabalho concentrou-se na análise de documentações primárias da instituição, bem como o trabalho submetido ao edital do Pontos de memória do IBRAM. Criando eixos estratégicos para melhor compreensão e organização das atividades realizadas. Além disso, a investigação analisa a transição do modelo institucional tradicional para um espaço de participação comunitária e resistência política, onde o acervo e as redes de solidariedade se transformam em instrumentos de cidadania e afirmação identitária no presente.

A presente pesquisa cumpriu seu objetivo geral ao demonstrar como a Casa do Povo se configura como um espaço de ativação da memória migrante no Bom Retiro. Evidenciou que a instituição, ao alinhar suas práticas aos princípios dos Sítios de Memória e Consciência e dos Direitos Humanos, transcende a função de um acervo estático para atuar como um agente político no território. O estudo confirmou que o desenvolvimento de ações culturais, educativas e sociais é o que permite a valorização de narrativas não hegemônicas e a construção de um diálogo intercultural efetivo entre os diferentes grupos que compõem o bairro.

No que se diz respeito aos objetivos específicos, a investigação refletiu sobre a construção e preservação da memória migrante, revelando que o acervo da Casa do Povo não é apenas uma catalogação, mas um dispositivo de ativação do passado no presente. Compreendemos ainda, que as práticas da instituição rompem com modelos hierárquicos tradicionais ao priorizar a participação ativa das comunidades. Por fim, ao considerar a complexidade do Bom Retiro, a pesquisa constatou que a atuação da Casa do Povo é fundamental para a produção de memórias coletivas e para o fortalecimento de vínculos comunitários no contexto urbano, consolidando como um lugar de memória, resistência e dignidade no cenário contemporâneo.

Diante do panorama apresentado, as questões centrais que orientaram este estudo foram investigar como a Casa do Povo constrói memórias das experiências migrantes; quais transformações ocorreram em seu papel institucional desde sua fundação, vinculada principalmente à comunidade judaica, até sua atuação contemporânea junto a diferentes grupos

sociais e culturais; e em que medida a instituição pode ser compreendida como um sítio de memória e consciência vinculado à promoção dos direitos humanos.

A pesquisa revelou que as construções da memória migrante dentro da instituição não acontecem de forma exclusivamente documental ou arquivísticas, elas ocorrem de forma ativa, unindo sua história ao território. As construções ocorrem por meio da ativação de memórias principalmente pelos pilares fundamentais da questão migratória, se manifestando na salvaguarda de tradições imateriais, quanto na criação de novos espaços simbólicos de narrativa.

Um exemplo importante dessa metodologia foi a chamada pública *Qual a sua ideia para melhorar o Bom Retiro?* que funcionou como um sistema para aproximar os sujeitos que compõem a narrativa do bairro, assim como, atuar na mediação da Casa do Povo com as demandas do território. Dentro das seleções houve duas ações que merecem destaque, pois reforçam uma prática de construção, sendo elas: programa de história oral com foco na migração boliviana e a quermesse boliviana. Nessas práticas a voz, a comida e a dança, deixam de ser apenas algo comum para se tornarem dispositivos de reconhecimento e pertencimento.

Além disso, a pesquisa evidenciou que as memórias da comunidade judaica fundadora da Casa do Povo, não permanece de forma estática, elas são reativadas através da continuidade institucional. A reinterpretação de trabalhos que aconteciam na primeira década da instituição - e foram interrompidas por diversos motivos - funcionam como uma ponte temporal. O *Levante de Varsóvia* se destaca, pois ao ser relembrado e reinterpretado, atualiza questões políticas que a instituição carrega no seu cerne, no compromisso contra o fascismo se conecta com as demandas contemporâneas por direitos e dignidade das novas ondas de migração.

Por fim, o *Jornal Nossa Voz* e os grupos de corais exemplificam essa dinâmica, ao promoverem encontros que convidam as comunidades coreanas e armênia a compartilharem o mesmo espaço sensível, criando um elo simbólico também sobre a condição migrante, no qual as feridas e resistências históricas de diferentes povos se cruzam e se reconhecem. Todo esse ciclo, de forma intencional ou não, garante que o passado seja constantemente incorporado nas práticas educativas, culturais e sociais, evidenciando o papel da instituição como Sítio de Memória e Consciência, cuja relevância se mantém através dessa reinterpretação institucional.

Essa evolução do papel da Casa do Povo levanta a questão sobre as transformações que ocorreram em sua atuação institucional desde sua fundação, inicialmente vinculada à comunidade judaica, até a contemporânea integração com diferentes grupos sociais e culturais.

No que toca as transformações em seu papel institucional, a pesquisa identificou que a trajetória da Casa do Povo não foi linear, sendo marcada por um ciclo de crise e transformação. Após décadas de resistência da ditadura, a instituição enfrentou no início do século XXI, seu período mais crítico, que ocorreu tanto de um vazio geracional, quanto de fragilidades do modelo de gestão, potencializado também pela saída de grande parte da comunidade do bairro, transformando a dinâmica social e cultural da Casa do Povo.

Entretanto, esse papel institucional foi reconstruído a partir de um evento catalisador, as jornadas de 2013 e a aproximação com movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento Passe Livre. Esse encontro promoveu uma atualização do cerne ativista da instituição, permitindo que ela deixasse de ser somente um espaço da herança judaica para se tornar um centro cultural de diversas experimentações e política. A transformação ajudou a consolidar a Casa do Povo como um espaço que não apenas guarda a memória, mas que se deixa atravessar pelas urgências da atualidade, unindo a tradição política da comunidade judaica com às lutas sociais e culturais do novo Bom Retiro, que a essa altura já tinha se transformado também.

Assim, compreende-se um novo momento para se entender que caminho a instituição quer seguir. É nessa década que acontece as conexões com redes nacionais e internacionais, como a ICSC, RESLAC e REBRALUM, permitindo a Casa do Povo se consolidar como Sítio de Memória e Consciência. Utilizando a memória de violações históricas como holocausto e ditadura militar, cria-se uma ferramenta sobre direitos humanos para enfrentar e mediar as injustiças do presente, conectando o passado judaico a nova comunidade social do bairro.

É nesse sentido, que a Casa do Povo pode ser compreendida como um Sítio de Memória e Consciência ao promover atividades que registram e legitimam as trajetórias migrantes que tangem o bairro, principalmente sobre a compreensão da memória como um direito humano, é o que sustenta a estrutura ética da Casa do Povo. Não se trata apenas de guardar o passado, mas de garantir que grupos sociais tenham o direito de narrar sua própria história, combatendo o silenciamento imposto por narrativas hegemônicas. Na instituição, esse direito é exercido através de práticas que atravessam o tempo, se mantendo ativas no presente ao mesmo tempo em que honram as raízes da primeira década da instituição.

Essas práticas, que nasceram nos primeiros anos da Casa do Povo, demonstram que a instituição não decidiu trabalhar com os direitos humanos agora, ela foi fundada sobre eles. Ao conectar o ontem, as lutas da primeira década, com o hoje, os desafios dos novos migrantes, a

Casa do Povo reafirma que o direito a memória é a base para a construção de qualquer outro direito. Sem memória, não há identidade e sem identidade, não há sujeito de direitos.

Diante da diversidade das frentes de ações da Casa do Povo, é possível afirmar que a instituição consegue dar conta das pautas que propõem por meio de sua gestão. Em vez de centralizar todas as demandas, a instituição opera com parceria, onde a Casa tem um papel central de mediador, oferecendo a estrutura e sua bagagem histórica, para novos protagonistas de coletivos e movimentos sociais. Esse resultado é fruto de um espaço de pertencimentos, pois ao garantir que os sujeitos possam ter um lugar de fala, a Casa do Povo não precisa falar por eles, criando um território de escuta e articulação.

Este trabalho mostra que a Casa do Povo vai além de um centro cultural tradicional, funcionando como um Sítio de Memória e Consciência que articula memória migrante, direitos humanos e participação comunitária. Ele evidencia que a memória não é apenas preservada, mas ativada no presente, permitindo que grupos sociais contem suas próprias histórias e fortaleçam sua identidade. O estudo também confirma que esse tema ainda é pouco explorado na produção acadêmica, especialmente quando se articula memória, migração e direitos humanos, reforçando a originalidade e relevância da pesquisa.

A partir deste estudo, pretende-se abrir portas para que outros pesquisadores continuem acompanhando como a Casa do Povo se reinventa. Um caminho importante para o futuro seria entender como a instituição vai acolher as ondas mais recentes de migração, como a de paraguaios e venezuelanos, e se as práticas do dia a dia, como a culinária e as oficinas, vão continuar sendo ferramentas de resistência política. Essas possibilidades mostram que existe muito a ser estudado sobre memória migrante e sítios de memória e consciência. Que este trabalho sirva de base para mostrar que a memória não é algo parado no tempo, mas uma ação viva de cidadania que pode inspirar outros espaços culturais a serem mais políticos e acolhedores com quem chega.

REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. Texto apresentado no I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana, MG, 9 a 12 nov. 2004. Universidade Federal de Ouro Preto.

ARTEBRASILEIROS. **Um lugar onde lembrar e agir**. Disponível em: <<https://artebrasileiros.com.br/arte/instituicao/um-lugar-onde-lembrar-e-agir>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

ASSMANN, Jan. **Memória comunicativa e memória cultural**. Tradução de Méri Frotscher. Revista História Oral, v. 19, n. 1, p. 115- 127 2016.

BERNARDO, Teresinha. **Memória como resistência: o migrante**. Travessia, n. 45, p. 44-45, set.-dez. 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). **Pontos de Memória**. Brasília, DF: Ibram, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/pontos-de-memoria>>. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRITO, Ana Paula; JULIÃO, Letícia. **Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.15, n.29, Jul/Dez/2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria>>>. Acesso: fevereiro 2026.

CASA DO POVO. **Direito à memória: fazer coletivo**. São Paulo: Casa do Povo, [s/d]. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/direito-a-memoria-fazer-coletivo/>>. Acesso em: 18 fev. 2026.

CASA DO POVO. **Sobre**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/sobre/>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CASA DO POVO. **Acervos**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://casadopovo.org.br/acervos/>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. **Aos 35 anos do fechamento da Escola Scholem Aleichem em SP, ex-aluna analisa legado da instituição**. [S. l.], 2016. Disponível em: <<https://conib.org.br/noticias/todas-as-noticias/aos-35-anos-do-fechamento-da-escola->

[scholem-aleichem-em-sp-ex-aluna-analisa-legado-da-instituicao.html](#)>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. **Cadernos Conib**, n. 2. [S. 1.], 2014. Disponível em: <<https://conib.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/cadernos-conib-nc2ba2.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

DIAS, Gustavo; BÓGUS, Lucia; PEREIRA, José Carlos Alves; BAPTISTA, Dulce (org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. São Paulo: EDUC, 2020. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/40674/1/9786587387079.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

FUNDAÇÃO ASTROJILDO PEREIRA. **Judeus progressistas em São Paulo e a Casa do Povo**. Disponível em: <https://fundacaoastrojildo.org.br/judeus-progressistas-em-sao-paulo-e-a-casa-do-povo/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. **Comunicação & Cultura**, Porto, n. 1, p. 21–35, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ucp.pt/index.php/comunicacaoecultura/article/view/10360>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. **O museu como ferramenta de reparação: apontamentos sobre memórias do trauma, museus e direitos humanos**. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n.42, p. 129 - 158, jan./abr. 2019.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ICOM Brasil. **Nova definição de museu**. Disponível em: <<https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/>>. Acesso em março de 2026.

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. **About us**. New York, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.sitesofconscience.org/about-us/about-us-2/>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

GOETHE-INSTITUT. **Jan Assmann**. Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/kui/uak/per.cfm?personId=7618>. Acesso em: 31 março. 2026.

GONDAR, Josaida de Oliveira. **Currículo Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3482779200606251>. Acesso em: 31 de março. 2026.

GONDAR, Jô. **Por que memória social?** Morpheus: Revista de Estudos Interdisciplinares em Memória Social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

JUNGES, Márcia; MACHADO, Ricardo. **Jacques Le Goff e a reinvenção da história**. IHU On-Line, São Leopoldo, 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Relações memória e patrimônio**. [S.l.: s.n.], 2018.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Um lugar de vivências necessárias. In: ICOM Brasil. **Um caminho para múltiplos olhares**: as estratégias e as reflexões sobre a participação do ICOM Brasil na nova definição de museu. Disponível em: <https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/04/ICOMBR_MultiplosOlhares_FINAL.pdf>. Acesso em março de 2026.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Instituto Cultural Israelita Brasileiro – Casa do Povo. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/instituto-cultural-israelita-brasileiro-casa-do-povo/>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Quando usar o termo migrante, refugiado ou pessoa deslocada?** Brasília, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/167538-quando-usar-o-termo-migrante-refugiado-ou-pessoa-deslocada>. Acesso em: 21 fev. 2026.

NÚCLEO MEMÓRIA. **Redes**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.nucleomemoria.com.br/redes>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, p. 8–26, 1993.

OLIVEIRA, Maraysa de Fátima Costa de. **A homogeneização e silenciamento das memórias clandestinas/subterrâneas na construção dos lugares de memória**. 2022. 85 f. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022. Disponível em:

<[https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5129/14/MONOGRAFIA_%20Homo geniza%C3%A7%C3%A3oSilenciamentoMem%C3%B3rias.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5129/14/MONOGRAFIA_%20Homo%20geniza%C3%A7%C3%A3oSilenciamentoMem%C3%B3rias.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2026.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Costa de Oliveira; COELHO, Priscilla Arigoni. Liberdade ou Resistência? As representações institucionais do Memorial da Resistência de São Paulo. In: **MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.6, 2014. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, p. 46-63, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 7-26, 1992.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Bom Retiro chega aos 130 anos e mantém a tradição**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2013. Disponível em: <<https://prefeitura.sp.gov.br/web/se/w/noticias/42575>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE SÍTIOS DE MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA. **Rebrapesc**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://www.rebrapesc.com.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

REDE LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE SÍTIOS DE MEMÓRIA. **Quem somos**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://sitiосdememoria.org/pt/quem-somos/>>. Acesso em: 21 fev. 2026.

REVISTA TEMA LIVRE. **Pierre Nora: historiador francês e criador dos “lugares de memória” morre em Paris**. Niterói, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://revistatemalivre.com/pierre-nora-morte-historiador/> Acesso em: 31 de março. 2026.

SAYAD, Abdelmalek. **A ilusão do provisório**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **A ausência é uma falta**. Travessia: Revista do Migrante, v. 13, n. especial, p. 18-19, 2000.

SEROUSSI, Benjamin; DRUWE, Ana (org.). **Casa do Povo: modos de fazer**. 1. ed. São Paulo: Casa do Povo, 2025.

SILVA, Giuslane Francisca da. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. AEDOS: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS, Porto Alegre, n. 12, 2013.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **The Warsaw Ghetto Uprising. Holocaust Encyclopedia.** Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-warsaw-ghetto-uprising>. Acesso em: 31 mar. 2026.